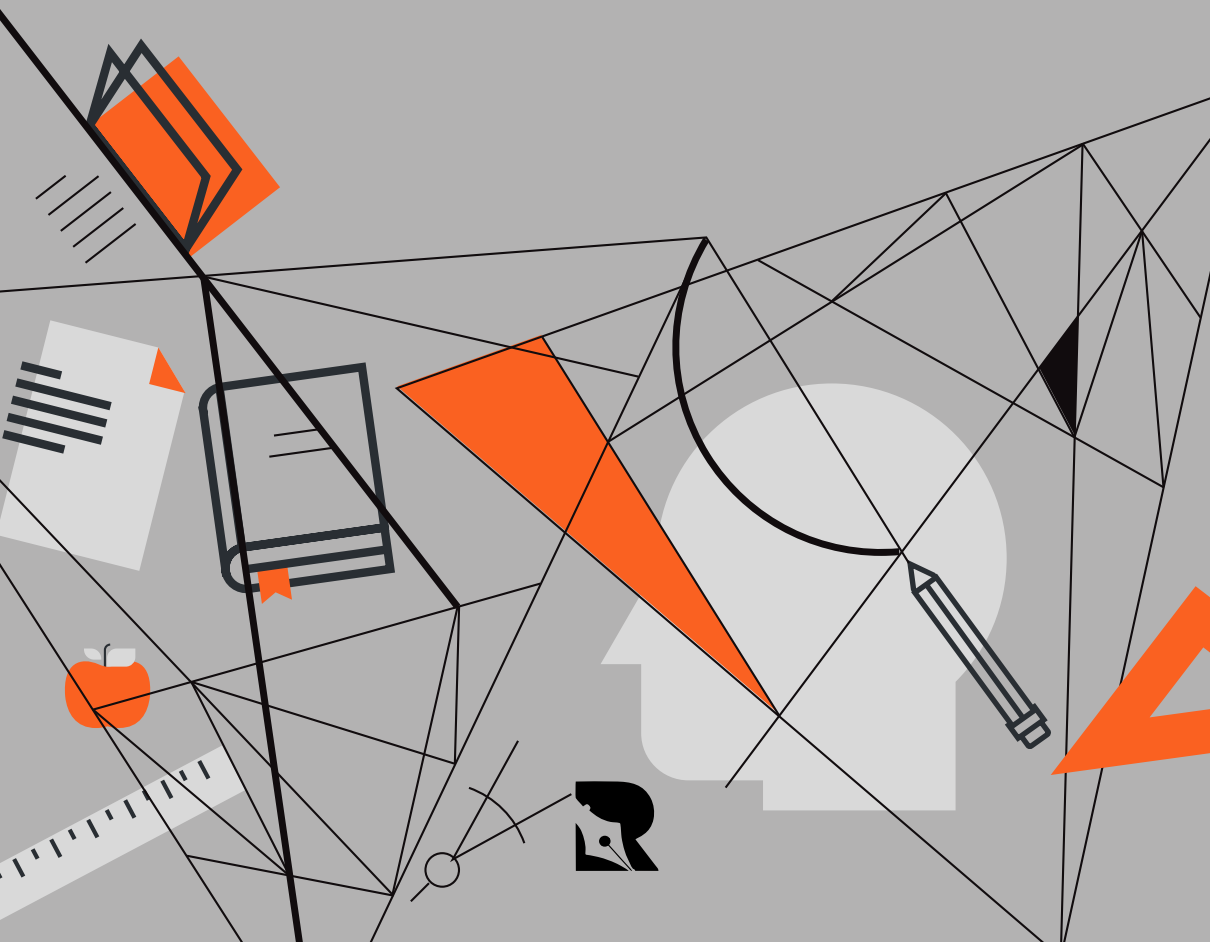


Danubia Caetano de Sousa  
Gilberto César Lopes Rodrigues

# EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MEB E MOBRAL EM SANTARÉM-PA (1960 – 1980): HISTÓRIA, SUJEITOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Danubia Caetano de Sousa  
Gilberto César Lopes Rodrigues

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MEB E  
MOBRAL EM SANTARÉM-PA (1960 – 1980):  
HISTÓRIA, SUJEITOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

1ª edição

Brasília-DF, 2021

 **Rosivan**  
Diagramação & Artes Gráficas

© Danubia Caetano de Sousa e Gilberto César Lopes Rodrigues 2021.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação  
Rosivan Diagramação & Artes Gráficas

#### Catálogo da Publicação na Fonte.

Sousa, Danubia Caetano de.

Educação de jovens e adultos no MEB e MOBREAL em Santarém-PA (1960 – 1980): história, sujeitos e práticas pedagógicas [recurso eletrônico] / Danubia Caetano de Sousa e Gilberto César Lopes Rodrigues. – Brasília: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021.

1 PDF.

ISBN 978-65-994437-4-9

1. Educação. 2. Jovens e Adultos. 3. MEB. 4. MOBREAL. 5. Pedagogia.  
I. Rodrigues, Gilberto César Lopes. II. Título.

CDU 37  
S725e

Elaborada por Verônica Pinheiro da Silva CRB-15/692.

## Apresentação

O presente livro resultou de investigação sobre impactos na alfabetização de jovens e adultos, decorrente da aplicação dos projetos de alfabetização MEB – Movimento de Educação de Base e MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, no período temporal que compreende os anos de 1960 a 1980 na cidade de Santarém-PA. Além de apresentar a história desses programas, nos guiamos pela questão: O MEB e o MOBREAL contribuíram para a diminuição do analfabetismo em Santarém? Quais as diferenças entre os dois movimentos? Por que o MOBREAL foi lançado se já existia o MEB? Tais recortes cronológico, espacial e epistêmicos visaram guiar a investigação, pois que colocou como referência a efetivação dos dois projetos, suas práticas de alfabetização e o desenvolvimento dos dois movimentos educacionais no contexto histórico de transição entre democracia e ditadura militar.

Como metodologia recorreu-se a análise documental (jornais, legislação e livros) em conjunto com o exame de dados coletados através de relatos orais (entrevistas abertas e estruturadas). Os dados deram possibilidade de aprofundar e identificar como foi a instalação e o desenvolvimento dos dois movimentos alfabetizadores na cidade de Santarém-PA à luz do desenvolvimento deles no cenário nacional. O primeiro, o MEB, mais alinhados ao ideal de Paulo Freire no contexto do movimento nacional de ampla reforma de base democrática e autônoma procurando desenvolver no alfabetizando capacidade de leitura crítica e, o MOBREAL, como reelaboração do MEB pelo governo dos militares, pós golpe de 1964, para adaptar o MEB aos interesses da ditadura e seus financiadores e apoiadores que se viam ameaçados pelas reformas de base e pelo acesso ao conhecimento crítico que a metodologia de alfabetização do MEB representava.

Após coleta e análise das informações identificou-se que o MEB deixou um legado positivo para a educação santarena, especialmente no que diz respeito aos métodos, que era focado em uma educação que proporcionasse ao indivíduo a autonomia, capacidade de decisão e consciência crítica. Esta pesquisa foi realizada no âmbito do Grupo de Pesquisa CNPq/UFOPA “Indigenismo, Sociedades e Educação na Amazônia”- ISSEAM e resulta de trabalho de pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará.

*Os autores*

## **LISTAS DE IMAGENS**

FIGURA I – Foto do Bispo Dom Tiago Ryan.....	40
FIGURA II – Feira da cultura popular em Santarém-PA.....	55
FIGURA III – Capa do Jornal Diário do Pará de 22 de agosto de 1982.....	74
FIGURA IV – Cartilha “Viver é Lutar” .....	75
FIGURA V – Jornal do Comércio.....	91

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - Taxa de alfabetização no país (1940-2000) .....	19
TABELA II – Escolas, Localização e Matrículas (Região de Santarém: 1965–1968.....	41
TABELA III – Alunos alfabetizados (1970-1976) .....	48

## **LISTAS DE SIGLAS**

**AI-5** – Ato Institucional nº 5

**CEAA** - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

**CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos no Brasil

**CNEAA** – Campanha Nacional de Educação de Adultos e Adolescentes

**CNER** – Campanha Nacional de Educação Rural

**COEST** – Coordenação Estadual

**COMUM** – Comissões Municipais do MOBREAL

**EJA** - Educação de Jovens e Adultos

**MEB** – Movimento de Educação de Base

**MOBRAL** – Movimento Brasileiro de Alfabetização

**UNE** - União Nacional dos Estudantes

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: DO MEB AO MOBREAL .....</b>	<b>15</b>
1.1 Os desafios da Alfabetização de adultos no Brasil .....	15
1.2 Mudanças no cenário de alfabetização de adultos: do MEB ao MOBREAL .....	21
1.2.1 <i>Propostas de mudanças no cenário de alfabetização de adultos: o MEB</i> .....	21
1.2.2 O MOBREAL em ação: Contexto no Brasil .....	29
<b>2. COMPREENDENDO O MEB E O MOBREAL A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DOS SUJEITOS E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM SANTARÉM-PA .....</b>	<b>36</b>
2.1 O MEB e o MOBREAL: O movimento de alfabetização em Santarém .....	36
2.2 O MEB e o MOBREAL em Santarém: relatos de experiências .....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>67</b>
<b>SOBRE OS AUTORES .....</b>	<b>93</b>



## INTRODUÇÃO

O Brasil republicano experimentou dois momentos importantes na sua história no que diz respeito a alfabetização. Na década de 30, especificamente em 1937, Getúlio Dorneles Vargas deu início ao Estado Novo cujas alterações política repercutiram em todos os campos, em especial na educação. A partir desse momento o uso de cartilhas com viés ideológico se tornaram a regra para estimular o civismo e o patriotismo, além do culto à personalidade de Vargas (BOMENY, 1999). Porém o foco neste momento era o ensino secundário e o preparo das elites, a grande massa de trabalhadores acabou não sendo contemplada com as reformas e os avanços deste período advindas principalmente da ambiciosa reforma Capanema:

No projeto Capanema, o preparo das elites teve prioridade sobre a alfabetização intensiva das massas. O ensino primário sequer foi tocado. O ministro estava convencido de que com verdadeiras elites se resolveria não somente o problema do ensino primário, mas o da mobilização de elementos capazes de movimentar, desenvolver, dirigir e aperfeiçoar todo o mecanismo de nossa civilização. (BOMENY, 1999, 139).

Alguns anos depois, em 1964 assumia o poder por meio de um golpe militar-empresarial uma categoria que se manteve vinte e um anos no poder. Trata-se de militares do exercito, marinha e aeronáutica que governaram no período chamado de Ditadura Militar (1964-1988), que impactou de forma profunda o cenário político, social, econômico e educacional. É nesse segundo cenário que se localiza as transformações no campo da alfabetização popular, objeto de estudo desta pesquisa.

Em um artigo de jornal sobre cinema lemos uma matéria que bem resume os objetivos dessa pesquisa. Estávamos coletando dados para essa pesquisa quando nos deparamos com o artigo “Quando o sexo vira gozação pura passa a ser pesadelo” publicado em 1982 na edição de 22 de agosto do jornal Diário do Pará (anexo, p. 50). Tratava-se de uma análise sobre o fenômeno cinematográfico das pornochanchadas no Pará. Durante todo o artigo o autor faz críticas sobre a precariedade dos filmes deste gênero: “os filmes da espécie, são ruins de feitura (ainda que bons de faturas já que apelam para os baixos instintos) e é na sua má qualidade que reside o chamariz para o público que o MOBREAL alfabetizou”<sup>1</sup>. A questão que logo se manifestou foi: mas que relação teria o MOBREAL, um processo importante de alfabetização, com a atração pelo precário e a “analfabetização”? Em outras palavras, o MOBREAL contribuiu para a diminuição do analfabetismo de jovens e adultos? Por que os militares que assumiram o poder através do golpe de 1964 substituíram o MEB pelo criticado MOBREAL sendo que aquele era bem visto pela população?

Notadamente era ano de 1982, e passava-se alguns anos que o programa estabelecido pelo governo militar (MOBREAL) tinha sido efetivado e vinha ganhando visão negativa da sociedade. A negatividade se sobressaltava quando o MOBREAL era comparado com seu antecessor, o MEB. Comparado com este que se constituía num movimento de educação construído para e pelas massas, um projeto de baixo para cima, o MOBREAL se mostrava um projeto para dismantelar o MEB e retardar o processo verdadeiro de alfabetização crítica da população pobre se configurando como uma “modernização conservadora” promovida pelos militares sobre o processo de alfabetização popular.

Essas questões sempre estiveram presentes em nossas considerações e demos vazão a elas na pesquisa que resultou neste livro. Na pesquisa pudemos examinar o caso do MEB e MOBREAL na cidade de Santarém, interior do estado do Pará e, mais ainda, como estes movimentos ocorriam no interior do interior. Constatações como estas estimularam a pesquisa ora apresentada, na medida em que demonstrava a carência de trabalhos sobre o tema, princi-

---

<sup>1</sup> DIÁRIO DO PARÁ, 22 de agosto de 1982, p. 9.

palmente sobre a passagem de ambos os projetos na cidade de Santarém. Ao longo da pesquisa, novos desafios foram surgindo como a quase inexistência de arquivos sobre o MEB e MOBREAL.

A metodologia envolveu revisão bibliográfica e pesquisa de campo através da coleta de dados por entrevistas abertas e estruturadas (anexo III). Fundamentando-se principalmente em Thompson (1992) na medida em que para este autor “a história oral é uma história construída em torno de pessoas. “Ela lança vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação”<sup>2</sup>. Recorremos as memórias de sujeitos envolvidos diretamente no processo em Santarém através de relatos orais advindos das lembranças (memória) de sujeitos que experimentaram os efeitos do MEB e MOBREAL na cidade. Neste sentido entrevistamos dois personagens diretamente envolvidos nos programas aqui em Santarém e um historiador/pesquisador do período e tema.

Vale pontuar as recomendações de Thompson (1992) sobre o papel da entrevista e do entrevistador, fundamental neste trabalho haja vista se lançar mão deste método. Para o autor existem “qualidades essenciais” ao entrevistador como, por exemplo, “o interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles, capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar” (THOMPSON, 1992, p. 254).

Seguindo as orientações de Thompson (1992) recorreu-se ainda a Bosi (1993)<sup>3</sup>, autora que largamente tem estudado a memória e sua construção social, ao apontar os cuidados a serem tomados ao lidar com esta fonte, destaca que a memória é seletiva e dependente do contexto, classe social, interesses e visão do entrevistados, que conforme a autora devem ser respeitados, mas que compõem a história que a memória compartilha.

Apesar do avançar da idade dos envolvidos, conseguimos o acesso às memórias de duas ex-coordenadoras do MEB em Santarém: Aurenice de

---

<sup>2</sup> THOMPSON, Paul. A voz do passado: História Oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992. p.44

<sup>3</sup> BOSI, Ecleia. A pesquisa em memória social. In: Psicologia USP, S. Paulo, 4 (1/2), p.277-284, 1993

Araújo Gabler e Maria Onete Sena Franco. Elas ao longo de seus relatos, apresentaram a dinâmica de como se desenvolveu o MEB em Santarém, os projetos aplicados, as dificuldades, o histórico de como se deu o trabalho do MEB na região. Posteriormente, apesar de não terem sido participantes ativas do MOBREAL, as mesmas nos apresentaram o panorama da entrada do MOBREAL no município de Santarém.

Além das duas entrevistadas citadas acima, entrevistamos o pesquisador Anselmo Colares, autor da pesquisa “A História da Educação em Santarém: das origens ao fim do Regime Militar (1661-1985)” publicada em 2005, por conter importantes fontes e registros relativos a nosso tema. Nesse sentido nossa pesquisa envolveu coleta de dados com duas personagens ligadas diretamente ao tema e um ligado secundariamente.

Assim sendo, o presente estudo se valeu de entrevistas, acesso a fontes escritas e memórias para contribuir na produção de material sobre a história do MEB e MOBREAL em Santarém e no “olhar” sobre as possíveis relações entre MEB e MOBREAL e sua repercussão na sociedade santarena no que tange as questões do analfabetismo, permitindo, desta forma, aprofundar as leituras destes projetos a partir das experiências dos sujeitos que estiveram com estes programas de alfabetização relacionados.

Considerando estes aspectos elaborou-se as seguintes indagações: Qual a história do MEB e MOBREAL em Santarém? Quais foram os métodos de alfabetização do MEB e MOBREAL na cidade de Santarém? Como os sujeitos que integraram direta ou indiretamente ambos os projetos interpretam seus resultados? Qual ou quais os legados deixados pelas trajetórias de MEB e MOBREAL em Santarém? O que aconteceu no processo de Alfabetização brasileiro que ambicionava acabar com o analfabetismo em 10 anos? Quais as memórias guardadas por seus participantes em Santarém?

O presente estudo está organizado em dois capítulos. No primeiro A Alfabetização de jovens e adultos em perspectiva histórica: Do MEB ao MOBREAL, visa abordar o contexto histórico em que se constituiu ambos os

projetos. O segundo capítulo colocará Santarém em pauta buscando apresentar o cenário encontrado por MEB e MOBREAL, demonstrando os impactos destes projetos. Nas considerações finais apresentamos um exame do material coletado, na perspectiva de situar o legado positivo ou negativo da trajetória destes sobre Santarém. Além desses capítulos optamos por acrescentar nos anexos documentos raros que foram importantes para a pesquisa e para facilitar pesquisas futuras.

Evidentemente o presente estudo não pretende encerrar o assunto, haja vista que o universo de pesquisa histórico sobre MEB e MOBREAL na cidade de Santarém ainda é um campo pouco explorado e, sua relevância, não se explica pela falta de trabalhos. Muito pelo contrário, este estudo se justifica na medida em que lança olhares críticos sobre a passagem de dois projetos fundamentais para o entendimento da História da Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos em Santarém e também por contribuir no levantamento de fontes documentais sobre o tema. Ainda neste sentido, lida-se com uma realidade ainda existente no Brasil e em Santarém, o analfabetismo. Apesar de uma queda significativa, dados do IBGE mostram que ele ainda persiste<sup>4</sup>, o que evidencia a dívida educacional brasileira que por várias gerações limitou o acesso à educação de forma desigual, sendo que os esforços para acabar com essa desigualdade é vagaroso e, por vezes, ineficaz.

A pergunta que ressoa até hoje é: como acabar de uma vez por todas com o analfabetismo na população de jovens e adultos? A resposta para tal questionamento, sem dúvida ecoa no passado, em experiências que deixaram um legado ainda sentido até hoje.

O que ficou perceptível na medida em que coletava o material foi a importância do MEB para a construção da memória da alfabetização de adultos em Santarém, sobretudo na educação rural.

---

<sup>4</sup> De acordo com dados do IBGE/2016 a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade teve uma queda de 3,1 pontos percentuais nos últimos 10 anos, reduzindo a proporção de pessoas que não sabiam ler nem escrever de 11,1%, em 2005, para 8,0% em 2015. A queda das taxas de analfabetismo ocorreu para todas as faixas etárias, sendo que a população com idade acima dos 65 anos permaneceu com a maior incidência de analfabetismo (25,7%).

Nesse sentido a pesquisa ora apresentada procurou contribuir para o conhecimento histórico e pedagógico do MEB e MOBREAL em Santarém, situando sua particularidade no histórico nacional desses programas, sobretudo nos interesses dos governos militares em tomar para si a alfabetização da população analfabeta. Salienta-se também a possibilidade de analisar a história do MEB a partir de agentes diretamente envolvidos, de pessoas que vivenciaram o programa e a relação com outros, como o MOBREAL, e permitiu perceber que houve aproximações entre estes movimentos em Santarém, e que os conflitos, por vezes ficavam mais na ideologia que no embate direto entre membros dos grupos. Assim sendo, percebeu-se que o legado do MOBREAL com relação ao precário, diz respeito propriamente a proposta que se pretendia alcançar e os resultados destes que não foram positivos, aquilo que se pretendia não se alcançou, portanto a justificativa pelo precário nesse caso, está relacionado aos resultados e em relação ao MEB entendemos que o legado para Santarém foi positivo e reverberou na forma de alfabetizar na atualidade.

Na última parte do livro foram anexados documentos que consideramos importante para o fundamento dos argumentos que apresentamos durante a exposição da pesquisa bem como para orientar futuras pesquisas tendo em vista se configurar em material importante no campo da história do MEB e MOBREAL em Santarém. Entendemos que com eles anexados e publicados as chances de se perderem diminuí.

Por fim entendemos importante registrar o comentário emotivo da professora Aurenice Gabler durante a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso que gerou esse livro. Na ocasião a professora expressou sua alegria em ver que este trabalho registrava a história do MEB em Santarém de modo próximo ao que ela entendia constituir a história real e, como coordenadora do Movimento por muitos anos, ficamos honrado com esse registro. Ao final ela acrescentou: “hoje vejo ONGs fazendo propaganda de que começaram os projetos coletivos e populares na região. Na verdade começamos tudo isso através do MEB”. Registro que sintetiza a importância do Movimento de Educação de Base na organização e educação popular e na constituição dos meios sociais para sua expressão.

# 1. A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: DO MEB AO MOBRL

## 1.1 Os desafios da Alfabetização de adultos no Brasil

Historicamente, o que se percebe é que a questão da alfabetização de adultos esteve às margens dos interesses dos governantes brasileiros<sup>1</sup>. Nesse sentido limitava-se a grupos organizados da sociedade civil, sobretudo religiosos, interessados e afeitos ao tema. É o caso da catequização de indígenas, possivelmente uma das primeiras ações de alfabetização no país. Os ‘Soldados de Cristo’, como se auto intitulavam os Jesuítas, se empenhavam em ensinar as primeiras letras aos indígenas, até sua expulsão do Brasil por Marques de Pombal em 1759.

Somente em 1824 a primeira Constituição Federal do Brasil pregava a instrução primária como obrigatória e gratuita. Dez anos depois com um Ato Adicional de 1834 a educação de jovens e adultos passou a preocupar o Governo Imperial, com a seguinte ressalva: a responsabilidade com a educação dos membros das elites cabia ao Império, enquanto a população mais carente era “problema” das Províncias. Apesar do aparato legal, pouca atenção se deu a esta população, que por vezes tinha que aceitar a precariedade do acesso aos saberes e ainda ter que suportar o peso do preconceito social, que taxava de inferiores e indignos<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Para uma leitura mais sistematizada deste tema ver: MORTATTI, Maria Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: Conferência proferida durante o Seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27/04/2006. Apesar deste estudo focar na história de São Paulo. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf\\_mortatihisttextalfbr.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortatihisttextalfbr.pdf).

<sup>2</sup> Conferir: COSTA, Ana Luíza Jesus da. As escolas noturnas no município da corte: Estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870 – 1889) Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 114, p. 53-68, jan.-mar. 2011

Até o final do século XIX praticamente nada transformador havia sido feito em relação a multidão de analfabetos<sup>3</sup> do país. Até então a educação escolar era privilégio de uma minoria abastada da elite. Isso se deve principalmente ao fato de o analfabetismo não ser encarado enquanto problema<sup>4</sup>. Não era raro encontrar senhores de engenho e grandes fazendeiros analfabetos, acrescenta-se que até aquele momento, o voto se devia a renda. E por vezes estes mesmos senhores investiam nos estudos de seus filhos, os enviando para o exterior para cursar Medicina ou Direito em faculdades de Portugal por exemplo, mas era comum, eles mesmos os pais, se manterem analfabetos.

Tal situação foi afetada com a Lei Saraiva de janeiro de 1881, que excluía o direito de voto aos analfabetos<sup>5</sup>. O analfabetismo passou a ser visto como razão de atraso e incapacidade e, de certo modo, deveria ser superado.

O Censo de 1872, por exemplo, daria a dimensão do cenário ruim, na medida que registrou 82,3% da população como analfabeta. Mesmo com a advento da República com todo o seu discurso de romper com o legado imperial, pouco se avançou no que tange aos programas de alfabetização da população, apesar de o analfabeto ser visto a partir de olhares preconceituosos, que o via como vergonha e o excluía de muitos direitos legados aos alfabetizados.

Paulo Freire de forma bem sucinta aborda as percepções acerca do analfabetismo que, embora seja de outro tempo, abre caminho para compreender os termos do preconceito.

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma “erva daninha” – daí a expressão corrente: “erradicação do analfabetismo” –, ora como uma “enfermidade” que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma “chaga” deprimente a ser “curada” e cujos índices, estampados nas estatísticas de organis-

---

<sup>3</sup> Para informações sobre dados de do sec. XIX - 1872, 1890 e 1920, ver: Brasil, Recenseamento Geral do Brasil 1920, v. IV, 4ª parte - População, e IBGE. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n114/a04v32n114.pdf>.

<sup>4</sup> O modo escravista de produção não necessitava de alfabetizados.

<sup>5</sup> Para uma análise pormenorizada do tema ver: LEÃO, Michele de. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. In: *Aedos* n. 11 vol. 4 - Set. 2012



mos internacionais, dizem mal dos níveis de “civilização” de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da “incapacidade” do povo, de sua “pouca inteligência”, de sua “proverbial preguiça. (FREIRE, 1981, p. 11)

Somente a partir da década de 1940 é possível se falar em busca da transformação do cenário do analfabetismo de fato, afinal surgia em 1947 o Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação<sup>6</sup> e teve início a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Posteriormente entraria em cena a Campanha Nacional de Educação Rural<sup>7</sup> de 1952 e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo de 1958. Conforme o Decreto nº 47.251, de 17 de novembro de 1959 eram seus objetivos:

Art. 4º A Campanha Nacional de Educação Rural terá por objetivos:

- a) o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos meios de educação das populações rurais e;
- b) a formação e a preparação pedagógica, em caráter de emergência, dos professores primários leigos das áreas rurais.

Art. 5º A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo terá por objetivos:

- a) o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do ensino primário comum em áreas municipais pré-estabelecidas;
- b) a aplicação intensiva dos métodos e materiais utilizados pelas outras duas Campanhas nas mesmas áreas municipais pré-estabelecidas; e
- c) a verificação experimental da validade sócio-econômica dos métodos e processos de ensino primário, educação de base e educação rural, utilizados no Brasil, com vistas à determinação dos mais eficientes meios de erradicação do analfabetismo. (Decreto nº 47.251, de 17 de novembro de 1959)

---

<sup>6</sup> Contexto da 1ª Industrialização Brasileira (Vargas), que demandou trabalhadores que soubessem ler.

<sup>7</sup> Para aprofundamento sobre o Projeto consultar a Revista da Campanha Nacional de Educação Rural In: MEC. Campanha Nacional de Educação Rural, Ano.6, 1º Semestre de 1959, nº8. Disponível em: <http://forum.eja.org.br/sites/forum.eja.org.br/files/cnerhist.pdf>

De certo modo o Decreto de 1959 reconhece a precariedade de meios de educação (escolas) para as populações rurais brasileira e a necessidade de preparação de professores, embora trata-se de preparação acelerada.

Tais características foram objetos de críticas, sobretudo centrados no mecanicismo dos métodos e na produção de mão de obra para a incipiente indústria nacional nascente. Tais perspectivas críticas e sua necessidade de superação, combinados com a existência de universidades nacionais com pesquisadores dispostos a contribuir para a alfabetização dessa população, interviram no processo. De outro lado a igreja católica sob o Concílio Vaticano II orientava-se pela “procura de um papel mais participativo para a fé católica na sociedade, com atenção para os problemas sociais e econômicos” contribuíram para a organização de núcleos de alfabetização popular.

Foi neste contexto que estudiosos como Paulo Freire fizeram nascer outros movimentos de alfabetização, centrados em um processo de conexão do alfabetizando com as letras mediada pelo contexto concreto em que vivia. Uma educação que não apenas alfabetizasse, mas que estimulasse o pensar, uma alfabetização mais relacionada com o contexto real dos educandos. Registra-se que este tipo de alfabetização, mais crítico e realista, passou a preocupar as elites da época que, de certo modo, participou da construção dos argumentos que justificassem a retomada de poder. Fato que culminou com o golpe militar de 1964 contra o governo Joao Goulart, presidente que estava tentando promover reformas de base no país, como reforma agrária, nacionalização de empresas e melhor distribuição de renda.

Entre os envolvidos em projetos de alfabetização no país no contexto anterior a 1964 temos o Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; o Movimento de Cultura Popular do Recife; a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da Secretaria Municipal

de Educação de Natal; os Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>8</sup>.

Nota-se que estes projetos, na sua maioria, se estabeleceram no Nordeste brasileiro, em especial Pernambuco e Rio Grande do Norte. Isso se deve a três motivos, o primeiro diz respeito as altas taxas de analfabetos na região: a falta de políticas públicas voltadas para educação e a alta demografia rural da região. A tabela abaixo extraída do IBGE demonstra os números da época bem como sua evolução ao longo do tempo:

TABELA 1: Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo (%)

Grandes Regiões	Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1940	2000	1940	2000	1940	2000
<b>Brasil</b>	<b>43,2</b>	<b>87,9</b>	<b>48,3</b>	<b>87,7</b>	<b>38,1</b>	<b>88,1</b>
Norte	42,0	85,2	47,5	84,3	36,3	86,1
Nordeste	26,8	77,0	29,8	74,9	24,0	78,9
Sudeste	52,1	93,0	58,4	93,7	45,7	92,3
Sul	57,6	93,5	62,2	94,2	52,9	92,7
Centro-Oeste	35,2	89,9	41,1	89,9	28,7	89,8

Fonte: Extraído de: IBGE, Tendências Demográficas uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000. p. 55

Nota-se que enquanto o Sul atende os 57,6 % de alfabetizados o Nordeste se restringia a taxa de 26,6% sujeitos alfabetizados, no período correspondente a década de 40 verifica-se que o Nordeste mantinha baixa porcentagem de alfabetizados. Por outro lado, foi no Nordeste que se propagou com mais intensidade a filosofia freiriana<sup>9</sup> que de certa forma contava com o apoio da

<sup>8</sup> GONZALES, Jefferson Aníbal. Cultura, educação popular e transformação social nas formulações do MEB e do CPC (1961-1964). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2011; FRIEDRICH, Márcia, Et. al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010. VIEIRA, Maria Clarisse. Memória, história e experiência: Trajetórias de educadores de jovens e adultos do Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

<sup>9</sup> Apesar da complexidade desta expressão, optou-se por ela na medida em que não se trata

Igreja Católica, bastante influente na região. Restou destes movimentos apenas o legado. E é a partir destas leituras que a presente pesquisa debruçara mais especificamente sobre o MEB, Movimento de Educação de Base e MOBREAL no contexto histórico, social e econômico da cidade de Santarém do Pará.

---

apenas de métodos como as palavras geradoras, mas de adoção de pensamento e de leitura de mundo, para um debate mais adequado sobre o assunto ver: ZANELLA, José Luíz. Considerações sobre a filosofia da educação de Paulo Freire e o Marxismo Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/J/Jose%20luiz%20zanella.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/J/Jose%20luiz%20zanella.pdf)

## 1.2 Mudanças no cenário de alfabetização de adultos: do MEB ao MOBREAL

### 1.2.1 Propostas de mudanças no cenário de alfabetização de adultos: o MEB

*Eu vivo e luto.  
Pedro vive e luta.  
O povo vive e luta.  
Eu, Pedro e o povo vivemos.  
Eu, Pedro e o povo lutamos.  
Lutamos para viver.  
Viver é lutar.<sup>10</sup>*

O poema inicia um dos materiais didáticos distribuído aos alunos do MEB. Nele percebe-se o tom do MEB e seus interesses em preparar um alfabetizado mais do que letrado, um alfabetizado politizado. O poema faz parte da cartilha “Viver e Lutar” utilizada em 1963 pelos monitores alfabetizadores do MEB. A cartilha trazia a tônica dos fundamentos teóricos do MEB, a saber a filosofia freiriana, na medida em que percebiam o analfabetismo como “produto de estruturas sociais desiguais e, portanto, efeito e não como causa da pobreza”<sup>11</sup>. E, deste modo, para transformar a realidade era necessário libertar o sujeito analfabeto abrindo seus olhos sobre o estado de dominação ao qual estavam submetidos. Paulo Freire via:

a alfabetização de adultos como um ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo, como um ato criador. Para mim seria impossível engajar-me num trabalho de memorização mecânica dos ba-be-bi-bo-bu, dos la-le-li-lo-lu. Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou das letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse “enchendo” com suas palavras as cabeças supostamente “vazias” dos alfabetizandos. (FREIRE, 1989, p.14)

---

<sup>10</sup> Texto retirado da cartilha “Viver é Lutar”: 2º livro de leitura para adultos, 1963. Acervo CEDIC (em anexo)

<sup>11</sup> UNESCO. Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil: Lições da prática. Brasília, UNESCO, 2008. p. 7

Ato político, a alfabetização tem o dever de mediar a construção no alfabetizando do conhecimento crítico da realidade que está imerso e compreender que ele é produto e produtor dela. Seu status nela é produto, efeito das relações de exploração. Como produtor poderia alterar esse *status*. Daí o “perigo” de tal projeto de alfabetização para as necessidades de conservadorismo da elite nacional.

Conforme Machado e Marques:

A proposta elaborada por Paulo Freire pretendia alfabetizar o indivíduo a partir do seu universo real, ou seja, o meio em que o educando vivia. Essa metodologia, empregando o conceito antropológico de cultura, procurava demonstrar a importância do homem no processo de produção da sua existência, fazendo-o refletir sobre a realidade por ele vivenciada, possibilitando-lhe perceber o seu papel como sujeito capaz de transformar sua própria história por meio da mudança de suas atitudes. (MACHADO e MARQUES, 2015, p.158)

Para tanto seria crucial que o educador alfabetizador conhecesse a realidade do aluno e a realidade social ao qual ele está imerso. E, a alfabetização decorreria naturalmente do conhecimento desta realidade, através de palavras geradores pertinentes a ela. Na concepção de Paulo Freire (1987), a educação tinha um papel fundamental na medida em que permitia ao educando se libertar das amarras da ignorância estimulando-os a intervir na realidade a partir do conhecimento crítico e participativo dela e nela. Nesse sentido, desvelar o universo social do analfabeto passa a ser fundamental, pois fornece as palavras geradoras que darão o ponto de partida para alfabetização.

No MEB não bastava alfabetizar, era fundamental estimular o pensamento crítico e a compreensão profunda das causas das mazelas e a construção de sua superação. Se Pedro não estava sozinho na sua luta para viver, o leitor estudante também não estava, bem como o povo unidos lutando para viver, e viver é lutar. Nada mais claro para demonstrar que o material didático do MEB

buscava dialogar com a realidade do alfabetizando e apontar de algum modo que a realidade demandava luta para sua superação. Assim, o material apontava para uma realidade que precisava ser alterada, talvez pela pobreza social da época.

Para isso a educação alfabetizadora deveria se movimentar de baixo para cima, do educando para a realidade, não poderia ser um processo do exterior para o interior, do Estado para o povo. Nas palavras de Paulo Freire (1979) “[...]a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora, pelo próprio alfabeto, somente ajustado pelo educador” (FREIRE, 1979, p 41).

O surgimento do MEB relaciona-se com a necessidade de compreensão e superação da pobreza social, em especial do ano de 1961. Em plena década de 60, período de intensas transformações não apenas em escala local, mas também no cenário mundial<sup>12</sup>, se consolidava o MEB. Ressalta-se que antes de suas primeiras ações, estava em vigor um movimento de transformação da questão do analfabetismo, uma vez que até aquele momento, ser analfabeto era sinônimo de incapacidade, ignorância e inaptidão e, principalmente, uma deficiência pessoal construída pelo indivíduo e não um produto político, econômico ou mesmo social.

As mudanças vieram paulatinamente. Em 1952 durante o governo de Juscelino Kubitschek, surge a CNER (Campanha Nacional de Educação Rural<sup>13</sup>). Já em 1958 realiza-se no Rio de Janeiro o II Congresso Nacional de Educação de Adultos<sup>14</sup>. Assim sendo os educadores sentiram a necessidade de romper com os preconceitos que envolviam as pessoas analfabetas, ainda que estas preocupações estivessem relacionadas com a necessidade de aumento da massa de eleitores, afinal, os anos entre o final da década de 1950 e início da década de 1960 foram anos de avanços do voto universal, de reformas estruturais de base e autonomia nacional perante o capital internacional. Movimento

---

<sup>12</sup> Para uma análise aprofundada sobre esta década ver: HOBBSAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991 / Eric Hobsbawm; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>13</sup> Mais detalhes em <https://repositorio.usp.br/item/000928091>

<sup>14</sup> Ver Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol XXX, nº 71 pág 81-95.

que fora rompido por parte da classe empresarial brasileira estimulada pelos interesses americanos no principal país da América Latina colocado em prática por militares envolvidos com esses interesses anti-nacionais.

Ademais, a década de 60 apontava novos rumos em torno da questão de educação popular e consequentemente alfabetização de adultos. Segundo Saviani (2007):

A mobilização que toma vulto na primeira metade dos anos de 1960 assume outra significação. Em seu centro emerge a preocupação com a participação política das massas a partir da tomada de consciência da realidade brasileira. E a educação passa a ser vista como instrumento de conscientização. (SAVIANI, 2007, p. 315).

É importante registrar, também, que este movimento de conscientização da década de 1960, por outro lado, despertou movimentos conservadores que atacaram as bases filosóficas do MEB, mas sobretudo, se opuseram as reformas de base do governo João Goulart<sup>15</sup> incentivados pelos interesses imperialistas dos Estados Unidos na região<sup>16</sup>. Porém, a sociedade se conscientiza razoavelmente da necessidade de movimentos de justiça social e equilíbrio na distribuição das riquezas, dentre os quais o rompimento com os preconceitos em torno do analfabeto dará origem a diversas ações buscando solucionar o problema. É nesse momento que surge a iminente figura de Paulo Freire. Sua visão de educação para a autonomia, para a liberdade alimenta boa parte desta transformação, haja vista que este pensava a alfabetização como uma ferramenta de transformação de realidade, através da emancipação humana.

Neste contexto de intensas transformações a Igreja Católica em especial a Diocese de Natal, Rio Grande do Norte realiza em 1958 uma experiên-

---

<sup>15</sup> Veja [https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha\\_da\\_Fam%C3%ADlia\\_com\\_Deus\\_pela\\_Liberdade](https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_da_Fam%C3%ADlia_com_Deus_pela_Liberdade)

<sup>16</sup> Mais detalhes podem ser obtidos em <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/operacao-brother-sam-golpe-de-64-teve-apoio-dos-eua.htm> ou veja o documentário disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tIXbBeHxRHU>



cia que vai inspirar diversas outras. Tratou-se das escolas radiofônicas<sup>17</sup>. Estas espalharam-se pelo Nordeste levando acesso a alfabetização por meio do uso do rádio, até que em 1961, por meio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) surge o MEB – Movimento de Educação de Base. No início contou com o apoio da Igreja Católica e patrocínio do governo Federal.

O MEB funcionava da seguinte forma:

O trabalho direto com os alunos era realizado nas escolas físicas por monitores voluntários que geralmente pertenciam à comunidade local. Como requisito mínimo, determinava-se que soubessem ler e escrever e apresentassem facilidade para seguir as instruções das aulas ministradas via rádio. Entre as atribuições dos monitores, estavam: instalação e manutenção das escolas, matrículas dos alunos, controle de frequência, apoio pedagógico aos alunos, aplicação de provas e envio de relatório aos supervisores. (GONZALEZ, 2011, p. 55)

Portanto, a estrutura radiofônica fora usada no início do MEB, mas demandava a presença de monitores que soubessem ler e escrever, e também monitores que soubessem manipular tecnicamente os aparelhos e outros para cuidar dos registros. Interessante o modo pelo qual Fávero (2006), exemplifica a estrutura do MEB nos primeiros 5 anos:

- a) Em nível nacional, era coordenado e administrado por um Conselho Diretor Nacional, composto de dez bispos e um representante do Ministério de Educação e Cultura; uma diretoria executiva, composta de dois bispos, respectivamente presidente e vice-presidente do Conselho Diretor e um secretário executivo; e um secretariado nacional, composto por uma equipe técnica e por uma equipe administrativa, com sede no Rio de Janeiro.
- b) Em cada estado havia uma Coordenação Estadual configurada por uma equipe estadual, quando a ex-

---

<sup>17</sup> Para maiores detalhes consultar: Ana Baumworcel “As escolas radiofônicas do MEB”. Niterói-RJ: nos Anais do VI Congresso de Historia da Midia, UFF, 2008

tenção do trabalho exigisse, ou formada pelos coordenadores dos diversos sistemas locais.

c) A unidade do MEB era o sistema radioeducativo, designado como sistema local, que atingia uma área determinada – em geral correspondendo à área geográfica da diocese a que se vinculava. A cada sistema correspondia uma equipe local. Em um caso apenas, no do MEB/Maranhão, que só veio a contar com emissões sistemáticas em meados de 1966, e mesmo assim por pouco tempo, a ação era integralmente desenvolvida por meio de contatos diretos com os grupos locais, justificando a designação de sistema de educação de base.

d) A base dessa estrutura era representada por uma rede de escolas radiofônicas, no caso dos sistemas radioeducativos, ou por uma teia de grupos, no caso do sistema de educação de base, e em geral por uma composição dos dois sistemas. Entre as equipes locais e os grupos de base, em alguns estados, foram formados comitês municipais, que chegaram a profissionalizar alguns monitores e líderes na tarefa de supervisores municipais e a constituir, em fins de 1963 e 1964, mecanismos de participação efetiva das camadas populares envolvidas na programação das atividades e mesmo na sustentação do Movimento nos momentos de crise maior. (FÁVERO, 2006. p.20)

Como se vê a estrutura de gestão e de operação do MEB através da radiofonia era complexa e demandava inúmeros participantes e instâncias decisórias. Ainda, conforme Fávero (2006) e de acordo com relatórios do MEB, no período correspondente à 1961-1966, o MEB alcançava os seguintes dados:

a) O número de escolas radiofônicas variou de 2.687, em dezembro de 1961, ao máximo de 7.353, em setembro de 1963. A ampliação do noticiário oficial *A Voz do Brasil* de trinta para sessenta minutos, em meados de 1963, comprometeu o melhor horário para as aulas e ocasionou uma queda brusca no número de escolas: 5.573 em dezembro de 1963. Em março de

1964, no entanto, eram novamente 6.260 e, apesar de todas as crises, em dezembro de 1965 ainda existiam mais de 4.500 escolas radiofônicas.

b) No início de 1964, ponto alto das estatísticas, o trabalho era realizado em catorze estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, e no Território de Rondônia. Nessas unidades da federação, funcionavam sessenta sistemas de educação de base e igual número de equipes locais, atingindo cerca de quinhentos municípios.

c) Em 1963, 29 emissoras irradiavam programas e aulas do MEB, estimando-se de cinco a oito milhões de pessoas direta e indiretamente atingidas por essas emissões.

d) Em cinco anos, cerca de 320 mil alunos concluíram o ciclo de alfabetização, dos quais quase 120 mil só em 1963.

e) As equipes locais reuniam cerca de quinhentas pessoas, entre pessoal administrativo e técnico, inclusive supervisores municipais. Por sua vez, o Secretariado Nacional contava com cinquenta pessoas, quase todas em tempo integral.

f) No período estudado, foram realizados 35 treinamentos para 871 professores, supervisores e animadores das equipes locais, numa média de dez dias por treinamento. E, de 1961 a 1965, 518 treinamentos para 13.771 monitores de escolas radiofônicas e animadores do grupo de base, com duração média de quatro dias por treinamento. (FÁVERO, 2006. p.21)

Como se vê, o uso da radiofonia para os fins educacionais floresceu no MEB e contribuiu para a meta do MEB em atender objetivos desafiadores oferecendo em regiões consideradas atrasadas “programa intensivo de: alfabetização, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional, sobretudo agrícola e promoção social” (FÁVERO, 2006. p.56). Sabendo-se que nestas localidades distantes tal procedimento poderia estar limitado aos recursos existentes, quase sempre precários, na medida em que o MEB disponibilizava lousa, rádio para as transmissões, lãmpião, livros e cartilhas, por outro lado

cabia aos moradores outros materiais complementares. Mesmo com todas as limitações a participação do MEB, principalmente no meio rural, contribuiu para o fortalecimento da sindicalização rural, como aponta Fávero (2006)

[...]o MEB foi a única que logrou intensa penetração no meio rural, inclusive dando apoio decisivo à sindicalização rural, principalmente no início dos anos de 1960. E foi o único movimento que sobreviveu ao golpe militar de 1964 e à repressão dos anos seguintes, devido exclusivamente ao fato de ser um movimento da Igreja. (FÁVERO, 2006. p. 19)

Pode-se notar, que o MEB, teve um papel crucial no desenvolvimento de projetos de alfabetização, no resgate do valor humano e educativos, voltados para as comunidades menos assistidas pelo governo e que pouco se fala desse trabalho de grande relevância no Brasil e ainda contribuiu para a organização política ao estimular a criação e fortalecimento das organizações representativas de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Apesar do MEB ter permanecido após o golpe militar-empresarial de 1964, este teve foi paulatinamente substituído por outro projeto de alfabetização nacional: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Projeto este criado mediante a Lei 5.379<sup>18</sup> de 15 de dezembro de 1967 que “provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos”.

Efetivamente o MOBRAL passou a funcionar a partir da década de 70, mas indicou que o governo militar queria se apropriar dos movimentos de alfabetização tendo em vista o “perigo” que ele representava para os interesses de dominação da classe que apoiou o golpe militar de 1964. Por outro lado, indicava as frações sensíveis da classe dominante que os militares estavam trabalhando para a melhor das condições instrucionais das camadas menos favorecidas.

---

<sup>18</sup> A Lei federal 5.379 de 15 de dezembro de 1967 – propunha a alfabetização funcional e educação continuada de jovens e adultos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em 22 de maio de 2018

### 1.2.2 O MOBREAL em ação: Contexto no Brasil

*Bendito seja o Mobral  
O cabocro roceiro e pacato,  
estudante da escola rural,  
traz nos olhos o verde do mato  
e no peito o diploma Mobral.  
Escolinha modesta da roça,  
rodeada de pés de café,  
o Brasil se levanta e remoça,  
numa nova alvorada de fé.  
Na cidade se pranta edifício,  
no sertão nós prantamo semente,  
de mão dada não há sacrifício,  
elevando um Brasil para frente.  
Brasil é feliz agora,  
alcançou seu ideal,  
com a luz da nova aurora,  
bendito seja o Mobral.  
(Música: Bendito seja o Mobral –  
Composição: José Caetano Erba / Tinoco / Tônico)<sup>19</sup>*

A letra da canção acima, que homenageia o MOBREAL<sup>20</sup>, traz embutida o sentimento que varreria o Brasil na década de 1970, alguns anos após o Golpe de 1964. Buscava-se construir a ideia de nação e de Brasil grande, Brasil potência. Para tanto lançou-se a ideia do integracionismo e do nacionalismo instaurando o princípio de que os que fossem contra essas ideias deveriam deixar o país. O lema era “Brasil, ame-o ou deixe-o”.<sup>21</sup>

<sup>19</sup> Para uma melhor análise das obras musicais de Tônico e Tinoco conferir PACHECO, Júnior Celso. O progresso pela viola: Análise político ideológica da obra musical de Tônico e Tinoco durante a ditadura militar. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de História. Geografia e Relações internacionais, 2009.

<sup>20</sup> Sigla de Movimento Brasileiro de Alfabetização, parte da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. A partir de 1985, com o fim do regime militar, a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) passou a se chamar Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR. Em 1990, a Fundação EDUCAR também foi extinta.

<sup>21</sup> Durante o período da Ditadura os militares usavam frases de impacto para fazer propaganda a favor dos militares.

O Brasil buscava estabelecer suas metas de industrialização e para isso era necessário construir uma imagem positiva do país no exterior que contrastasse com a violência interna instaurada pelos militares que envolvia repressão física, tortura e assassinato de seu próprio povo, que em muitos casos eram acusados genericamente de “comunistas” e, portanto, considerados contra a pátria. Ao mesmo tempo fortificavam o caráter militar do governo, e os interesses dos americanos e do alto empresariado corporativo sobre as riquezas brasileiras.

Nesse sentido o MOBRAL, na esteira no MEB, se alimentava de suas próprias especificidades. Notadamente como aponta a letra da epígrafe tratava-se de dar atenção aos analfabetos da zona rural, porém com os métodos do MOBRAL em diálogo com o MEB. Especialmente porque espocava no meio rural diversas frentes de combate e resistência ao entreguismo aos americanos e ao setor privado das riquezas nacionais. Daí que o período posterior ao golpe se caracteriza por um conjunto de medidas repressoras, como o Ato Institucional nº 05<sup>22</sup>, e não seria diferente com a educação, houve perseguição aos estudantes especialmente nas universidades e a educadores populares que atuavam no meio rural organizando essa população na defesa de seus direitos sociais.

Saviani (2007) aponta que o na época do MOBRAL investir em educação tinha mais objetivos econômicos de garantir o aumento de produtividade e de renda e menos de formação intelectual. Para este autor:

a própria escola primária deveria capacitar para a realização de determinada atividade prática; o ensino médio teria como objetivo a preparação dos profissionais

---

<sup>22</sup> A critério de exemplo cita-se o seguinte artigo: Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. (ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968)

Parágrafo único - Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

necessários ao desenvolvimento econômico e social do país; e ao ensino superior eram atribuídas as funções de formar a mão-de-obra especializada requerida pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país. (Saviani, 2007, p.295)

Para Pederiva (2015) um fator importante na consolidação do MOBRAL foi o acordo entre o MEC e a Agency for International Development dos Estados Unidos (USAID) com vigência até 1971. Esta aproximação educacional com os EUA, ajuda a explicar a adoção “de uma política educacional fundamentada em concepções economicistas e produtivistas, que enfatizavam a racionalidade e a eficiência”.<sup>23</sup>

Como aponta Saviani (2007) acima, no que tange a alfabetização, estava em jogo o atendimento de uma reivindicação antiga da Unesco, que pregava que a educação era a chave para o desenvolvimento, tal desenvolvimento estava mais relacionado ao econômico, do que humano. E, nesse contexto, o analfabetismo era considerado uma mancha que devia ser eliminada, não para a formação humana ampla, mas devido a necessidade do básico da leitura para tocar os projetos econômicos de acumulação capitalista da época.

Daí que o governo militar avançou sobre o controle dos movimentos de educação popular bem-sucedidos reelaborando-os aos novos interesses pós golpe de 1964. No campo da educação popular a solução foi a criação do MOBRAL que com o objetivo de erradicar o analfabetismo no país em dez anos de atuação por meio da metodologia de ensino tecnicista e do ensino supletivo, trazia para si o controle sobre os movimentos de alfabetização da sociedade civil e, especialmente, estancava a organização social e os movimentos de reivindicações por direitos e renda que emergiam na esteira da conscientização que o MEB engendrava.

---

<sup>23</sup> PEDERIVA, Ana Cristina. O MOBRAL faz mais do que ensinar a ler e a escrever: manifestações biopolíticas para o controle de adultos analfabetos em Varginha – MG (1970 -1985). Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de São João del-Rei, 2015. p.19

Nesse sentido o processo de substituição do MEB pelo MOBREAL devia ser cuidadoso. Como pode-se notar na seguinte notícia vinculada pelo Jornal do Comercio de Manaus

#### MOBREAL Alfabetizará

Trinta e duas cidades foram selecionadas pelo plano que o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBREAL) do Ministério da Educação e Cultura, deverá realizar em 1970, visando beneficiar 1 milhão e 300 brasileiros entre adolescentes e adultos, de preferência na faixa dos 14 aos 30 anos de idade. Para a execução do programa, o MOBREAL precisará de uma dotação calculada em torno de NCr\$ 57,6 milhões. A escolha das cidades foi feita após longos estudos e pesquisas por parte de setores técnicos do MEC. O projeto de 1970 deverá ter caráter experimental levando em conta métodos funcionais explicados pela UNESCO em vários países, valendo-se de todos os canais de comunicação de massa e do ensino tecnicamente organizado. Nove capitais de Estados foram incluídas na primeira fase de atuação do MOBREAL: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza, Belém, Porto Alegre e Curitiba. Num segundo grupo figuram as cidades de Niterói, Juiz de Fora, Campina Grande, Vitória, Caruaru, Bauru e Londrina. No terceiro grupo o MOBREAL incluiu Brasília, São Luís, Teresina, Natal, João Pessoa, Manaus, Maceió, Aracaju, Cuiabá, Florianópolis e Goiânia. No quarto grupo estão Boa Vista, Macapá e Porto Velho.

(Jornal do Comércio, Manaus,  
30 de janeiro de 1970, p.3. Em anexo)

Chama atenção neste fragmento o planejamento de implementação iniciando por capitais e depois no interior. Destaca-se que não somente as capitais de estados do Norte e Nordeste mais carentes estavam na mira, mas também do sul e sudeste sugerindo que por trás do MOBREAL poderia ter algo mais que alfabetização, como monitoramento das periferias dessas cidades através da educação. Outro elemento importante é a faixa etária preferencial



envolvendo alunos entre os 14 e 30 anos, levanto a hipótese que essa preferência se deve ao fato de que, historicamente, é nesta faixa etária que se desenvolve as aptidões para o trabalho, ou seja, que haveria uma classe trabalhadora em plena capacidade de produção, mão de obra disponível, com o básico para servir aos interesses da industrialização pretendida, evidenciando que pessoas acima desta faixa, não seriam devidamente contempladas ou pelo menos não eram o foco deste experimento tendo em vista não serem mais interessantes do ponto de vista da produtividade de mão de obra.

Considerando o aspecto organizacional, apesar da sede do MOBREAL ficar no Rio de Janeiro havia uma certa autonomia, para estados e municípios, diversas mudanças ocorreram na estrutura do MOBREAL, mas o método mantinha-se fiel, buscava-se formar o básico, o ler e o escrever, porém, perdeu-se o caráter emancipador do MEB. Além disso ressalta-se que o MEB foi pensado, planejado e aplicado mediante o estudo de base, valorizava o sujeito analfabeto partindo de suas necessidades e peculiaridades.

Por outro lado, o MOBREAL desde o início vislumbrava os interesses do governo empresarial militar. Buscava suprir a necessidade de números positivos quanto a erradicação do analfabetismo e foi imposta de cima para baixo buscando homogeneizar todo o processo.

Se a prática de alfabetização desenvolvida pelos movimentos de educação e cultura popular estava vinculada a problematização e conscientização da população sobre a realidade vivida, e, o educando era considerado participante ativo no processo de transformação dessa mesma realidade, com o Golpe Militar de 1964, a alfabetização se restringe, em muitos casos, a um exercício de aprender a “desenhar o nome”. (STEPHANOU e BASTOS, 2005, p. 270).

Vale ressaltar que este “desenhar o nome” atendia uma necessidade primordial dos militares o aumento de mão de obra e pretensos apoiadores do regime militar, dado a baixa conscientização política que essa adesão necessita-

va. Para garantir um acompanhamento do processo e os resultados do mesmo, na medida que ainda devia-se acompanhar o programa a distância, na execução do MOBREAL lançou-se mão de comissões a nível estadual e municipal, a COEST (Coordenação Estadual) e a COMUM (Comissão Municipal)<sup>24</sup> responsáveis pelo andamento das tarefas, estas fiscalizavam a mobilização de alfabetizadores e toda parte de logística.

Ou seja, como atestam Machado e Marques (2015), o próprio MEB acabou sendo aglutinado e modificado com a subida dos militares ao poder.

Mas se, antes do governo ditatorial, o MEB preocupava-se com a politização do trabalhador rural, após o golpe civil-militar de 1964, mudou completamente sua estratégia de ação, voltando-se seus objetivos e suas metodologias de trabalho à alfabetização e à catequese. Para efetivar essa nova proposta, a diretoria nacional do MEB foi substituída por um grupo da CNBB, que defendia uma grande aproximação entre a Igreja e o Estado. (MACHADO e MARQUES, 2015, p.159)

Com a substituição do Concílio Vaticano II e a subida dos militares ao poder a “nova” igreja católica se associa aos militares e passam a defender o MOBREAL em detrimento do MEB. E, a coordenação deste, é totalmente substituída por integrantes alinhados aos interesses do governo militar iniciando pacto entre igreja católica e militares.

Portanto, a criação do MOBREAL configurou-se de um lado como programa de alfabetização, mas que apenas construísse no educando a capacidade de leitura mínima resumida no interesse de “aprender a desenhar o nome”.

---

<sup>24</sup> Vale ressaltar que o Mobral buscando atender seus dois princípios básicos a saber: funcionalidade e aceleração, estabeleceu um complexo esquema de cooperação que vai do nacional ao local, para maiores esclarecimentos conferir: BRASIL, Movimento Brasileiro de Alfabetização Assessoria de Organização e Métodos, MOBREAL: Sua Origem e Evolução. Rio de Janeiro, 1973, que explica os pormenores deste funcionamento, vale ressaltar que COEST e COMUM, são partes de uma estrutura maior com outros subgrupos, com funções específicas dentro da cadeia organizacional. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select\\_action=&co\\_obra=26650&co\\_midia=2](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=26650&co_midia=2).

Daí a associação pelo precário que nos fez iniciar essa pesquisa, recorrendo ao artigo do jornal mencionado no início deste trabalho.

No plano político o governo militar contemplava a fração da burguesia “sensível” a pobreza e analfabetismo que campeava no país. De outro lado o MOBRAL também tinha a função de trazer para o governo militar o controle dos movimentos de alfabetização que se espalhavam pelo país e esvaziá-los.

No entanto, no plano real, o MOBRAL caiu no dito popular como sinônimo de má formação, tendendo a identifica-los como acesso rápido e raso ao alfabeto e ao conhecimento. Por outro lado, o MEB até hoje é identificado com o nome do Paulo Freire e em geral sinônimo de alfabetização séria e comprometida.

## 2. COMPREENDENDO O MEB E O MOBRAL A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DOS SUJEITOS E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM SANTARÉM-PA

### 2.1 O MEB e o MOBRAL: O movimento de alfabetização em Santarém

Santarém é um município brasileiro do estado do Pará, o terceiro mais populoso do estado, sendo o principal centro urbano, financeiro, comercial e cultural do oeste do estado. É sede da Região Metropolitana de Santarém, o segundo maior aglomerado urbano do Pará. Pertence à mesorregião do Baixo Amazonas e a microrregião de mesmo nome. Situa-se na confluência dos rios Tapajós e Amazonas. Localizada a cerca de 800km das metrópoles da Amazônia (Manaus e Belém), ficou conhecida poeticamente como “*Pérola do Tapajós*”.

Em 2020, sua população foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) em 306.480 habitantes, sendo então o terceiro município paraense mais populoso, o oitavo mais populoso da Região Norte e o 91º mais populoso município do Brasil, ocupando área de 22 887,080km<sup>2</sup>. Fundada em 22 de junho de 1661, é uma das cidades mais antigas da região da Amazônia. Em 1758 foi elevada a categoria de vila e elevada a categoria de cidade em 24 de outubro de 1848<sup>1</sup>.

No campo educacional, Santarém foi palco de diferentes iniciativas ao longo do tempo, passando pelas missões jesuíticas do início da colonização<sup>2</sup>, pelas escolas leigas, religiosas, filantrópicas, enfim diversas ações visando im-

<sup>1</sup> Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santar%C3%A9m\\_\(Par%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santar%C3%A9m_(Par%C3%A1))

<sup>2</sup> Alter-do-Chão foi missão jesuítica dos índios Borari. Assim também foram Vila Franca e Boim. Mais detalhes em RODRIGUES, 2016

primir uma determinada cultura escolar na região. Mas não somente isso, o município foi também alvo da ditadura Militar se tornando área de segurança nacional<sup>3</sup>. Foi no período militar que o MEB e o MOBREAL se aplicaram em Santarém. Em sintonia com os objetivos gerais de ambos e utilizando-se do analfabetismo, o MEB buscava a promover a superação das desigualdades sociais através da educação libertadora, o MOBREAL buscava atender os objetivos políticos dos governos militares.

Todavia, como demonstramos, antes do golpe de 1964, já existiam projetos e movimentos de educação popular se espalhando pelo Brasil, destacadamente a partir do Nordeste. Estes projetos geralmente confundidos com a nomenclatura MEB tinha como principal referencial os métodos e concepções da educação de Paulo Freire. Anos depois outro movimento entra em cena, o MOBREAL tocado pelos militares e setores conservadores da Igreja.

Considerando que no Brasil, os dois movimentos, tinham como foco a alfabetização, porém, com objetivos distintos, é interessante examinar como se deu aqui na cidade de Santarém, haja vista, o cenário político que se aplicou ao município.

Isto porque, conforme Colares:

[...] estudar a história da educação significa buscar acompanhar no conjunto dos acontecimentos as permanências e as rupturas; dos avanços e os retrocessos; as deficiências e as excelências; enfim, todos os fatores que influenciaram e foram influenciados no percurso do tempo, observáveis, por exemplo, por meio das políticas e da legislação educacional; das concepções pedagógicas e das práticas escolares. (COLARES, 2005, p.17)

---

<sup>3</sup> O Decreto Lei nº 866 em 21 de setembro de 1969, incluindo Santarém na Área de Segurança Nacional. Esta situação durou até 1985 e foi assinado pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica no exercício da Presidência da República. Nesse período a população santarena ficou impedida de escolher o prefeito através do voto direto. Um resumo audiovisual desse período está no documentário “Ditadura Militar em Santarém”, disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Ta\\_vxW4DtO8](https://www.youtube.com/watch?v=Ta_vxW4DtO8). Acessado em 18 de abril de 2018

O que nossas pesquisas demonstraram é que o MEB foi amplamente utilizado no município. Nesse campo é interessante o relato da ex-coordenadora do MEB de Santarém, sra. Maria Onete Sena:

A entidade foi criada pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Com iniciativa do Bispo D. Tiago, que em 1964, concluiu junto aos estudos pastorais da antiga Prelazia de Santarém, a baixa escolaridade do povo nas comunidades rurais. Com a confirmação do apoio dos Bispos do Brasil, iniciou-se as visitas e planejamento do trabalho de educação através de uma equipe de professores voluntários. D, Tiago implantou o Projeto de instalação de uma Emissora Radiofônica que pudesse ser utilizado pelo MEB para utilizar como instrumento mobilizador da população carente dos municípios de abrangência dos trabalhos pastorais da Igreja Católica em Santarém. (Ex-Coordenadora do MEB - Maria Onete Sena Franco-Entrevista 10/11/2018)<sup>4</sup>

D. Tiago Ryan levantou dados, através de estudos pastorais, de grande quantidade de analfabetos no entorno de Santarém e utilizou-os no convencimento da CNBB de que deveriam implantar o MEB na região. Mais do que isso, conquistou a instalação de uma estação de radiofusão para o município o que hoje conhecemos como Radio Rural de Santarém<sup>5</sup>.

A vinda do Movimento Brasileiro de Educação para o município de Santarém, se deu pela mobilização do Bispo D. Tiago Ryan<sup>6</sup>, Colares (1998)

---

<sup>4</sup> Maria Onete Sena Franco – ex-coordenadora do MEB.

<sup>5</sup> Até hoje no ar e pode ser ouvida do mundo todo através do endereço <https://www.radiorural-desantarem.com.br/>

<sup>6</sup> Dom Tiago Ryan, nasceu em Chicago nos Estados Unidos em 17 de novembro de 1912. Ingressou na Ordem Franciscana em 19 de agosto de 1931, sendo que a sua ordenação sacerdotal aconteceu no dia 24 de junho de 1938. Chega a Santarém, no dia 25 de junho de 1943, assumindo trabalhos na então Prelazia de Santarém. Foi eleito Bispo titular de Margo e Prelado em 31 de janeiro de 1958 e ordenado em Chicago no dia 09 de abril do mesmo ano. Sua posse como bispo da Prelazia ocorreu em 09 de julho de 1958, já como diocesano foi em 04 de dezembro de 1979, ano em que a prelazia recebeu a titularização de Diocese de Santarém. Dom Tiago tornou-se bispo emérito da Diocese em 27 de novembro de 1985.

destaca que o Bispo, esteve no encontro nacional de bispos com intuito de iniciar um trabalho educacional em Santarém, no mesmo formato que da região Nordeste. D Tiago Ryan, já tinha em mente a implantação de uma rádio na cidade de Santarém. Como explica Aurenice Gabler:

Quem trouxe o MEB para Santarém foi Dom Tiago Ryan ele conheceu essa experiência no Nordeste, essa experiência foi para o Nordeste através de uma experiência em Sutatenza na Colômbia, onde tinha um padre que fazia um trabalho radiofônico, não era aula, era catequese. Ele tinha um sistema de rádio nas comunidades pra ele fazer a catequese, então isso despertou uma ideia pra se construir um sistema rádio educativo pra aula, então foi feita essa experiência no Rio Grande do Norte, Dom Tiago Ryan conheceu e ficou encantado; como ele tinha o sonho de implantar uma Rádio em Santarém, então ele implantou a Rádio Rural em 1964 e em 1965 ele trouxe o MEB e instituiu o movimento com a coordenação da professora Francisca de Carvalho que era a pessoa que fazia o trabalho da Diocese e o trabalho da educação, com as professoras Rosilda Wanghon e Miracelva.<sup>7</sup>

Lembrando que na época inicial dos anos de 1964 a igreja seguia o caminho do Concílio Vaticano II para o qual a igreja deveria se aproximar do povo, os interesses de D. Tiago Ryan pela educação popular e pelo uso de tecnologia de radiofusão para acelerar o processo foi alcançada.

Em 5 de julho de 1964 foi inaugurado a Rádio Emissora de Educação Rural de Santarém Ltda, posteriormente denominado de Rádio Rural de Santarém. A priori o Bispo D, Tiago, buscou auxílio de alguns educadores da região ligados à igreja e em 15 de janeiro de 1965, iniciou o trabalho do MEB

---

Faleceu em Chicago no dia 12 de julho de 2002, foi sepultado na Catedral de Nossa Senhora da Conceição, em Santarém, no dia 20 de julho de 2002.

<sup>7</sup> Entrevista com a ex-coordenadora do MEB em Santarém - Aurenice Gabler. Em 05/11/2018

sob a coordenação da professora Francisca do Rosário<sup>8</sup>, Dom Tiago Ryan, sustentava a ideia de um veículo de comunicação que expandisse a educação e a evangelização. Conforme destacado por Rodrigues e Seixas:

A Rádio Rural foi projeto defendido pelo Bispo Dom Tiago Ryan, que sempre entendeu que a então Prelazia de Santarém precisava de um veículo de comunicação próprio para difundir os seus objetivos de educação e evangelização. Juntamente com a nova emissora surgiram os programas Movimento de Educação de Base (MEB), o Correspondente Rural, a Parada Social e depois E-29 Show; o Show da Tarde; Chamada Geral; a Nossa Serenata; as Transmissões Esportivas; o Jornal da Manhã e outros programas de sucesso. (RODRIGUES e SEIXAS 2012, p.7).<sup>9</sup>

Figura 1: Bispo D. Tiago Ryan



Fonte: (Foto: Reprodução/TV Tapajós)

<sup>8</sup> Professora Francisca do Rosário Carvalho, foi colaboradora da obra de educação e evangelização da então Prelazia de Santarém. Sendo o braço direito de Dom Tiago Ryan e de Frei Juvenal Carlson. Foi a primeira diretora do Movimento de Educação de Base, o MEB em Santarém. Faleceu em 2016.

<sup>9</sup> RODRIGUES, Manoel Ednaldo; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. História do rádio em Santarém – Pará. In 2º SEMINÁRIO DE HISTÓRIA, CULTURA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA AMAZÔNIA. Belém, PA. 2012.



Conforme se expandia o trabalho da Rádio de Educação Rural, mas distante se dava a cobertura e o alcance do MEB de Santarém. Segundo o relatório anual de 1971, o Sistema MEB de Santarém abrangia: um Sistema com sede em Santarém e um Subsistema em Monte Alegre, esse Sistema tinha alcance aos municípios de Santarém, Monte Alegre, Prainha e Alenquer, sendo que Santarém e Monte Alegre faziam parte dos prioritários.

Interessante registrar os números de escolas e ciclos escolares atendidos na região através do documento abaixo. Nele também é possível distinguir o número de matrículas registradas durante o período de 1965 a 1968 destacando o crescimento em seu atendimento nesse período.

TABELA 2: Número de escolas, Localização e Matrículas Inicial (1965 – 1968)

25

SISTEMA RADIOEDUCATIVO DE SANTARÉM - S I R E S A  
-Escolas Radiofônicas - Alfabetização de Adultos

Nº de Escolas por ciclo escolar, localização por Município e Matrícula Inicial  
1965 - 1968

Anos	Municípios	Nº de Escolas	Ciclo Escolar	Matrícula Inicial		
				Total	Masc.	Fem.
1965	Santarém.....	32	1º	829	591	238
	Alenquer(*).....	5	1º	75	58	17
	S o m a.....	37	-	904	649	255
1966	Santarém.....	37	1º	722	511	211
	Monte Alegre.....	28	2º	681	523	158
	Alenquer.....	2	2º	56	32	20
	S o m a.....	67	-	2039	1576	463
1967	Santarém.....	38	1º	1350	961	389
	Monte Alegre.....	27	2º	333	240	93
	Alenquer.....	28	3º	393	288	105
	Prainha.....	2	1º	29	17	12
	Alenquer.....	2	2º	26	12	14
	S o m a.....	107	-	2458	1736	722
1968	Santarém.....	55	1º	120	320	100
	Monte Alegre.....	58	2º	674	469	205
	Alenquer.....	34	3º	348	271	77
	Prainha.....	24	4º	276	212	64
	Alenquer.....	37	1º	726	539	187
	Alenquer.....	2	2º	20	12	8
	Alenquer.....	1	1º	7	3	4
	Prainha.....	1	1º	17	17	-
	Alenquer.....	4	1º	72	40	32
	Alenquer.....	2	2º	25	21	4
S o m a.....	225	-	2647	1954	693	
TOTAL GERAL.....		-	-	7660	5536	2124

(\*) Município situado na Prelazia de Óbidos

Fonte: Acervo particular da Professora Aurenice de Araújo Gabler.

Nota-se através de dados de 1965 a 1968 que o número de escolas radiofônicas nesse período teve um crescimento significativo. Inicialmente em 1965 contavam com 37 escolas com 904 alunos matriculados e durante esse período de funcionamento a soma total passou para 225 escolas radiofônicas, com 2.647 alunos matriculados. Destaca-se ainda que o número de homens matriculados supera o de mulheres em todos os anos, exemplo do ano de 1967, em Santarém dos 1.350 matriculados, 961 são homens e 389 mulheres, o que mostra as implicações da alfabetização quanto as questões de trabalho e sustento.

Esse Sistema atuou em 22 áreas prioritárias, que compreendia 78 localidades prioritárias e 144 não-prioritárias, e contava com subsistemas em 20 localidades prioritárias e 23 não prioritárias. O trabalho desenvolvido por esses núcleos, dirigiam-se às:

- Escolas Radiofônicas
- Escolas de Alfabetização (Direta)
- Conselhos Comunitários
- Equipes de Trabalhos Comunitários Clubes de: Jovens, Mães, futebol, vendas, agrícolas
- Sociedade de Amigos
- Grupo de Granja
- Grupo de Boiadeiros
- Equipes de Roças, de Saúde
- À Comunidade como um todo<sup>10</sup>

Segundo os dados obtidos por Colares (1998), o MEB no início de suas atividades no município de Santarém atendia 36 comunidades com 1.036 alunos. No início de 1970, compreendia 318 comunidades, com dois mil alunos atendidos pelo projeto. Com a ampliação das potências da Rádio, Municípios como Monte Alegre, Prainha e Alenquer logo foram alcançados.

---

<sup>10</sup> Texto extraído de documentos do MEB - Acervo da Professora Aurenice de Araújo Gabler..

O projeto desenvolvido pelo MEB, através da rádio contribui significativamente para o trabalho de alfabetização no município de Santarem, como reitera Colares( 1998) a seguir:

Tendo no rádio um poderoso instrumento estratégico disseminador de opinião e ampliador das ações planejadas, um meio mas não um fim no trabalho educativo, o MEB alcançou grande exito junto à população rural. Desempenhou com notável competência a tarefa de alfabetização até por volta de 1970, quando começou a enfrentar sérias dificuldades financeiras. (COLARES, 1998, p. 157)

Ressalta-se que as ondas de rádio como veículo de educação não eram novas nesta época, porém foi com o MEB que este teve o alcance ampliado e o sucesso quantitativo<sup>11</sup> pretendido. A inspiração para este intento veio da Colômbia<sup>12</sup> ainda enquanto iniciativa da Igreja Católica visando a educação radiofônica, sendo experimentada inicialmente no Rio Grande do Norte. Assim sendo, Natal e Aracaju se tornaram lócus de treinamento para aplicação das aulas radiofônicas. Foi lá, como dissemos, que D. Tiago Ryan conheceu sua aplicação.

De acordo com os relatórios do MEB, suas principais atividades do Sistema, em funções das Comunidades de Base, na cidade de Santarém foram:

- ✓ Aulas de Alfabetização (direta)
- ✓ Educação Continuada através de Cursos Radiofônicos
- ✓ Confecção de apostilas e textos de leitura
- ✓ Programas Radiofônicos especiais
- ✓ Treinamentos, encontros, reuniões, visitas domiciliares, etc., atingindo 36.491 pessoas

---

<sup>11</sup> Infelizmente não foi possível obter dados quanto ao caráter qualitativo do MEB. Nesse sentido essa pesquisa restringiu-se a compreender o êxito do MEB em sua abrangência quantitativa.

<sup>12</sup> Em 1947 a rádio Sutatenza na Colômbia, se utilizou do rádio como veículo de comunicação com ideia de levar a educação aos camponeses analfabetos pela rádio, um projeto que serviria de modelo a muitas outras rádios na América Latina.

- ✓ Assessoria específica
- ✓ Levantamento de áreas
- ✓ Campanha de privadas
- ✓ Campanha de documentos
- ✓ Incentivo e orientação para a implantação de pomares comunitários
- ✓ Encaminhamentos ao FUNRURAL
- ✓ Administração de convênios com PIPMO
- ✓ Operação Enchente 71
- ✓ Feira da Cultura Popular
- ✓ Campeonato Rural de Futebol
- ✓ Correspondência<sup>13</sup>

Conforme Colares (1988), na cidade de Santarém a implantação do MEB contou com a participação de monitores voluntários escolhidos pela própria comunidade, que passaram por treinamentos para desenvolver o projeto, que era voltado para o ensino primário. O trabalho realizado nas bases, era composto por 315 monitores e 1.601 líderes, todos voluntários.

O MEB conseguiu alcançar as mais distantes partes do município, graças as ondas da rádio, via Rádio Emissora de Educação Rural de Santarém, conforme a ex-Coordenadora do MEB Aurenice Gabler :

[...] Inicialmente, as escolas foram instaladas em localidades próximas à sede da Prelazia, já que a rádio não dispunha de potência para alcançar a vasta área territorial do município. As primeiras escolas se destinavam a alfabetização de adultos e, posteriormente, foram também instaladas escolas radiofônicas para crianças (SANTOS e CARVALHO, 2016, p. 05).

No que diz respeito ao cargo de professor monitor, “[...]O principal critério para a indicação era que fossem pessoas queridas pela comunidade, que exercessem alguma liderança dentro dela e estivessem

---

<sup>13</sup> Fonte: extraído de documentos do acervo pessoal da professora Aurenice de Araújo Gabler.

dispostas a exercer um trabalho voluntário.” (ADRIANO, 2012, p. 94). Tal prerrogativa pode ser estendida as aulas radiofônicas, na medida em que “As professoras não eram profissionais de rádio e faziam à locução dos programas de forma voluntária. (...) as professoras recebiam uma orientação básica sobre as técnicas radiofônicas e noções de sonoplastia” (FONSECA; CRUZ, 2007, p. 05). Notadamente o MEB buscava estabelecer relações mais aproximadas de seu público e era necessário fixar vínculos entre o destinatário.

De forma semelhante a escolha dos monitores se deu em Tefé, localizada no estado do Amazonas conforme relata Coelho (2017):

No que se refere ao MEB constatou-se que o cargo de supervisor era ocupado por meio de processos seletivos, estes eram submetidos a uma avaliação para testar seus conhecimentos na área. Os professores monitores eram membros escolhidos pela comunidade dentre aqueles que sabiam ler e escrever. [...] (COELHO, 2017, p. 1307)

No que tange sobre aos métodos utilizados nas aulas do projeto MEB em Santarém, Colares (1988) descreve que:

As aulas, através do rádio, eram complementadas com as discussões grupais orientadas pelo monitor e que duravam cerca de uma hora, em torno das palavras geradoras, com a utilização da metodologia de Paulo Freire. Os monitores eram responsáveis pela condução dos debates e, para isso, recebiam treinamentos, em que se familiarizavam mais com a metodologia e passavam a desenvolver uma ação questionadora e organizacional da comunidade. (COLARES, 1988. P. 158)

De acordo com Colares (1988), as aulas do projeto ocorriam em espaços adaptados como sala de aula e algumas despesas eram arcadas pelos próprios participantes do projeto.

A presença marcante do MEB por meio do Bispo diocesano Dom Tiago Ryan e a criação da Rádio Emissora de Educação Rural de Santarém, bem como o processo deflagrado pelo MOBREAL se perdurou por muitos anos na região. No entanto

[...] O Mobral é um produto do regime militar brasileiro em toda a sua extensão. O movimento que adentrou todos os municípios brasileiros e prometeu “erradicar o analfabetismo em dez anos” fazia parte das reformas educacionais empreendidas pelos militares desde o golpe. Estratégia, segundo eles, necessária para pôr o país na esteira do desenvolvimento econômico mundial, embalado pelo slogan “Brasil, Grande Potência”. (SOUZA, 2016. p. 20)

A implantação do MOBREAL no Brasil com a ideia da erradicação do analfabetismo, pode ser entendida como algo fantasioso, já que sua principal preocupação não era essa erradicação, pois até então o MEB vinha fazendo esse trabalho de forma intensiva no Brasil. Depreende-se que a real intenção naquele momento se dava somente para retirada MEB, pois para o governo as ideias defendidas pelo MEB não os agradava.

Porém, o surgimento do MOBREAL não interrompe o MEB e as aulas radiofônicas. No entanto, esta convivência não foi amistosa. Havia uma intensa fiscalização sobre os meios de comunicação. Vale acrescentar que o MOBREAL surge dentro do contexto da Guerra Fria e, tal qual o governo militar brasileiro, havia em comum o inimigo comunista, tema explorado no capítulo anterior. Na ânsia e medo do avanço de ideias ditas comunistas no Brasil, a censura se fará de forma ostensiva. Por isso que

A partir de 1969 e praticamente ao longo de 1970, houve uma rígida cobrança no sentido de que os roteiros da programação da Rádio Rural, incluindo as aulas radiofônicas do MEB, fossem enviadas com 48 horas de antecedência, para serem analisados pela Polícia Federal (COLARES, 1998, p. 83).

Colares complementa que

Entre as formas de concretização do modelo repressivo adotado pela Polícia Federal, destaca-se a vigilância sobre o trabalho desenvolvido pelos agentes do MEB e sobre a programação da Rádio Emissora de Educação Rural, pertencente a prelaia de Santarém. (COLARES, 1998, p. 83).

Nota-se, que os militares ao trazerem o MOBREAL com a falsa ideia da erradicação do analfabetismo, tentavam suprimir o trabalho do MEB. Em Santarém não foi diferente, antes procuraram as pessoas que estavam diretamente envolvidas com trabalho do MEB, no intuito de absorver os moldes já consolidados pelo movimento. Como destaca a ex-coordenadora Aurenice Gabler:

Foi nessa época; quando o MEB estava com dez anos praticamente, a partir de Brasília, foi que o MOBREAL entrou. Eles entraram de uma forma diferente, porque pesquisaram o sistema do MEB e prepararam materiais de alto nível [formal e material, mas não na qualidade], por exemplo, quando nós trabalhávamos com cartazes feitos em Silk Screen, tipo rascunhos, que tinham figuras que se trabalhava, quando o MOBREAL entrou, veio com livros coloridos, com coisas lindas, cartazes maravilhosos e tudo mais, que era pra terem feito o máximo, mas não. Eu arriscaria dizer que o MOBREAL alfabetizou muito pouco, porque o pessoal que foi para trabalhar nas aulas do MOBREAL muitas vezes eram pessoas que tinham sido alfabetizadas pelo MEB. (Aurenice Gabler, ex-coordenadora do MEB)

Depreende-se desse registro certo êxito do MEB em Santarém em suas finalidades de alfabetização, tendo em vista a utilização de seus alfabetizandos como alfabetizadores do MOBREAL. Por outro lado, evidencia a semelhança na forma metodológica de ambos, tendo em vista que o MOBREAL copiou a ideia da alfabetização por palavras geradoras, mas desconectadas da

realidade social do alfabetizando e conectada com uso de tecnologias para o trabalho e formas cultas da língua nacional. Ou seja:

O método de alfabetização usado pelo MOBRAL era influenciado pelo Método Paulo Freire, utilizando-se por exemplo do conceito de “palavra geradora”. A diferença é que o Método Paulo Freire utilizava palavras tiradas do cotidiano dos alunos, enquanto, no MOB-  
BRAL, as palavras eram definidas a partir de estudo das necessidades humanas básicas por uma equipe técnica definida pelas normas padrões da língua culta (BRASIL, 2005, p. 14)

Com isso o método de alfabetização utilizado pelo MOBRAL esvaziava o que o MEB tinha de mais valoroso: a alfabetização intrinsecamente voltada para o entendimento da realidade social do aluno na perspectiva de sua transformação.

Ademais, segundo Colares (1998), no período em que o MOBRAL atuou em Santarém, os resultados não indicaram que foi feito um trabalho eficiente. Como demonstrado na tabela, de 1970 a 1976 de 13.544 alunos conveniados somente 5.616 foram alfabetizados.

TABELA 3: MOBRAL – Alunos alfabetizados: 1970 a 1976

<b>Tabela 8</b>		
<b>MOBRAL - ALUNOS CONVENIADOS E ALFABETIZADOS: 1970 A 1976</b>		
ANO	SITUAÇÃO DO ALUNO	
	CONVENIADO	ALFABETIZADO
1970	733	254
1971	-	-
1972	415	303
1973	5.912	2.416
1974	2.000	743
1975	1.784	1025
1976	2.700	875
<b>TOTAL</b>	<b>13.544</b>	<b>5.616</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Pará (1978: 281). IDESP/Belém-PA.

Fonte: (COLARES, 1998)



Ainda segundo Colares (1998), mesmo com o fracasso de não conseguir alfabetizar nem a metade dos alunos ingressantes do programa, o MOBREAL se manteve recebendo verbas públicas, dadas pelo Governo Federal. Ainda de acordo com o autor, em 1982 o MOBREAL passou a oferecer programas como: Alfabetização de adultos, Educação Integrada (com equivalência de 1ª a 4ª série), Educação para o trabalho, Ação cultural e Educação Pré-escolar, com 48 classes na zona rural e 7 na zona urbana, com 55 alfabetizadores, num total de 1.200 alunos, que corresponde ao ano de 1985.

Para além das noções de fracasso e sucesso notamos que dependendo da perspectiva adotada as leituras podem se alterar, afinal, durante o período de permanência do MOBREAL houve uma valorização do ideal militar, fundamentadas na família, no civismo e na lealdade à pátria. Por sua vez WEREBER (1994 *apud* COLARES, 2005, p.103) levanta a questão eleitoral. Segundo o mesmo, o projeto se incumbia de dar as condições necessárias para a formação de um eleitor, a saber: escrever o nome. Dava-se assim um passo gigante na formação de novos eleitores.

## 2.2 O MEB e o MOBREAL em Santarém: relatos de experiências

A gente não vai atingir o homem só na alfabetização, tem que atingir o homem como um todo e isso estava implícito em nossas aulas. Era passada toda uma orientação, olhando o homem como a pessoa humana, então a partir daí se trabalhava a pessoa humana. O homem para ser homem, é reconhecido pelo trabalho, então tudo o que envolvia o trabalho dele, a vida dele, os costumes, tudo enfim, estavam contidos em nossas aulas. (Aurenice, ex-coordenadora do MEB)

A professora Aurenice foi uma das entrevistadas para este trabalho, que contou com diferentes fontes para construir a pesquisa. Tal prerrogativa foi necessária uma vez que foram encontrados obstáculos. Cita-se, por exemplo, a queima de documentos do MEB, evento mencionada pelas entrevistadas, segundo as mesmas de forma proposital por um sociólogo. Por outro lado, as fontes do MOBREAL, em Santarém são raras, acrescenta-se a isso a recusa e anonimato dos ex estudantes e monitores para ceder entrevistas, isso se deve talvez ao caráter negativo do MOBREAL, sendo alvo de piadas e críticas até hoje.

Para superar essas dificuldades recorreu-se a bibliografia e documentos oficiais e as entrevistas dos membros do MEB, haja vista que este projeto conviveu com o MOBREAL. Este fundamento se coaduna com Thompson quando afirma que “toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta”. (THOMPSON, 1992. p.197) A medida em que se propicia aos entrevistados liberdade de fala, pode-se ir além do que se almejava encontrar. Como por exemplo informações sobre a relação MEB e MOBREAL.

A fala da professora Aurenice citada acima diz respeito a um dos principais objetivos do MEB, trabalhar a pessoa humana. Trabalhar a pessoa humana demonstrou ser uma expressão importante e carregada de valores. Em

entrevistas concedidas para outros pesquisadores, a primeira coordenadora do MEB em Santarém, ao ser perguntada sobre “grande contribuição do MEB via sistema radiofônico da Radio Rural para com esta região”, declara: “Para mim foi a conscientização sobre o valor da pessoa humana. As pessoas do interior, os monitores sobretudo, descobriram que eram pessoas e também o sentido de organização comunitária.” Entende-se neste sentido que trabalhar a pessoa humana seria considerar seus aspectos culturais, sociais e econômicos, valorizar estes aspectos e trabalhar a alfabetização a partir deles.

O orgulho proeminente presente nas falas daqueles que deste movimento participaram, o trabalhar a pessoa humana a partir do contexto real da vida do educando era prática corriqueira do MEB, em diversas regiões do Brasil. Este entendimento entrará em conflito com os ideais do MOBREAL, na medida em que se vislumbrava atender uma necessidade não a do sujeito, mas o da economia da sociedade que queria se livrar da mancha do analfabetismo ensinando o superficial e necessário para o trabalho formal precário. Para isto delimita-se o alvo de erradicar o analfabetismo em 10 anos. Como destaca o professor Anselmo Colares em uma alusão entre aquele tempo e os atuais: “O Mobral foi o propulsor da escola sem partido, enquanto o MEB era alfabetização conscientização(política), o MOBREAL sem conscientização, sem política” (Anselmo Colares, pesquisador, entrevista de campo)<sup>14</sup>. Em síntese, fornecer ferramentas para o trabalho, mas não pensar o trabalho, não pensar o sujeito que trabalha era o objetivo maior do MOBREAL.

Quando o MEB se consolidou em Santarém no ano de 1965, os trabalhos de alfabetização e comunicação via rádio se tornaram veículos de transformação social.

O começo do MEB em Santarém foi difícil, relatam os entrevistados. Vale ressaltar que os recursos financeiros vinham do MEC, porém o trabalho de alfabetização era voluntário, bem como os espaços das aulas nas comunidades. Neste sentido havia as instalações radiofônicas na cidade com aulas gra-

---

<sup>14</sup> A comparação mencionada se deve ao fato, que no período da pesquisa e escrita do presente texto estávamos em período eleitoral e o debate sobre a “escola sem partido” foi algo muito discutido.

vadas<sup>15</sup>, que eram transmitidas via rádio, e alcançavam as mais diversas comunidades algumas distantes, o que dificultava ainda mais as aulas. A professora Aurenice explica como se dava este movimento:

Era assim que funcionava: a professora no rádio, lá na comunidade onde tinha a sala de aula de alfabetização tinha que ter um monitor treinado, a gente treinava esse monitor pra ele ir pra lá ou ele era de lá, bastava saber escrever o nome, se fosse alfabetizado já estava bom demais. Ele fazia tudo porque ele ia repetir tudo que a professora da rádio falava. Tinha um quadro negro, giz e lampião ou lamparina, as condições eram as mais diversas possíveis, tinha muita dificuldade; as vezes a rádio não pegava direito, quase sumindo o som, mas mesmo assim, a gente conseguiu muita coisa. (Aurenice Gabler, ex-coordenadora do MEB)

Apesar das dificuldades apresentadas fica claro que o movimento alcançou resultados importantes, tanto é verdade que o próprio MOBRAL buscou elementos de sua consolidação no MEB, buscou estudar o funcionamento e metodologia do MEB, aproveitou os meios técnicos e rejeitou os elementos críticos. Basta apresentar a respeitabilidade alcançada pela Rádio Rural, principalmente nas áreas rurais, para perceber o legado educacional do MEB. Além disso, é digno de nota que o trabalho de alfabetização realizado pelo MEB, não se limitava, ao aprendizado das palavras, havia todo um trabalho para além da rádio e da sala de aula, conforme a entrevistada:

nosso trabalho era tão amplo que saía do ambiente escolar para a formação e conscientização da comunidade pólo, através de reuniões sistemáticas, formação dos

---

<sup>15</sup> Conforme a professora Aurenice Gabler, havia uma sequência de programas: “Eu tive um breve treinamento do Método Paulo Freire, *Método Áudio Visual Analítico Sintético*, que estava sendo lançado e eu fui a primeira professora que trabalhou em Santarém com esse método, e pelo rádio. Nós fizemos toda uma adaptação para o rádio e eu dava 1 hora de aula diariamente para adultos analfabetos, depois dessa aula tinha continuação com 2 horas e 45 minutos de rádio, 1 hora pra Alfabetização e o resto era pro segundo ciclo que era na faixa do 2º e 3º ano e pro 4º e 5º ano que era o terceiro ciclo, então a gente dividiu em ciclos pra facilitar; o primeiro ciclo era na alfabetização.” (Aurenice Gabler, ex-coordenadora do MEB)

agricultores e suas famílias, fazíamos campanhas para levar equipes de saúde e de documentação, inscrições para participarem de cursos na cidade, a realização das feiras da Cultura Popular, cujas concentrações se realizavam na Praça São Sebastiao de 2 em 2 anos. (Maria Onete Sena, ex-coordenadora do MEB)

Nota-se alguns aspectos importantes nesta fala, o primeiro diz respeito a formação continuada para além da alfabetização, que em conjunto com o atendimento de necessidades básicas, permitia ao alfabetizando e sua família uma vida mais digna e produtiva, acrescenta-se ainda o treinamento de pessoas da própria comunidade para atuarem como monitores. Isto sem dúvida facilitava o acesso e continuidade do processo de alfabetização, uma vez que o sujeito em processo de alfabetização poderia contar com alguém que, além de conhecer de perto de sua realidade, oferecia confiança. Estes monitores eram treinados pelos educadores da cidade, e os educadores da cidade recebiam treinamento de outros especialistas, multiplicando o alcance. Outro aspecto importante era os eventos culturais e educacionais realizados pelo MEB conforme a entrevistada, realizados de dois em dois anos na Praça São Sebastião. Para exemplificar como se dava os eventos realizados pelo MEB em Santarém cita-se a Feira da Cultura Popular. Ercio Bemerguy traduz a forma que se dava esse trabalho em nosso município:

#### **Feira da Cultura Popular: Exemplo de integração e valorização dos interioranos**

Escrevi, em 1979, um comentário sobre a Feira da Cultura Popular. Creio ser oportuno transcrevê-lo aqui:

“Para quem quiser copiar o bom ao invés de inventar o pior, eis a receita do sucesso da Feira da Cultura Popular, na época em que era promovida pelo Movimento de Educação de Base (MEB) e Rádio Rural:

- Não havia interferência e participação de políticos no planejamento e realização do evento e, sobretudo, a nenhum deles era dada oportunidade para fazer discursos e tirar proveito da presença de um grande público, para fins eleitorais.

- Sem levar em consideração a cor partidária dos líderes comunitários, os dirigentes e funcionários do MEB visitavam, com antecedência, todas as localidades do interior e do planalto santareno, fazendo reuniões, divulgando a promoção e conscientizando os moradores sobre a importância de suas participações. Com isso, a cada ano aumentava consideravelmente o número de comunidades que montavam com muito esmero e recursos próprios as suas barracas, contribuindo para o êxito da Feira, com exposição e venda de seus produtos (artesanato, frutas, legumes, verduras, comidas típicas, licores, doces, etc.) a preços baixos, diretamente aos consumidores.

- Se alguma comunidade não pudesse ou não quisesse instalar a sua barraca, participava de outra forma: no torneio de futebol e nos concursos de rainha e de calouros, por exemplo.

Em suma, valorizava-se a cultura e os costumes dos habitantes e trabalhadores do interior do município, os quais eram recebidos com muito carinho em Santarém. Bons tempos aqueles...”<sup>16</sup>

## FIGURA 2: FEIRA DA CULTURA POPULAR EM SANTARÉM-PA

Candidatas ao título de Rainha da Feira, com Osmar Simões, Edinaldo Mota, Ercio Bemerguy, Haroldo Sena (diretor da Rádio Rural) e Francisca Carvalho (coordenadora do MEB).

---

<sup>16</sup> Comentário de Ercio Bemerrguy - extraído <http://ercioafonso.blogspot.com/2018/08/feira-da-cultura-popular-exemplo-de.html> - em 15/11/2018



Fonte: foto extraída do site Blog “O Mocorongo”– Ercio Bemerguy (2018)

Como apresentado pelos entrevistados para este trabalho o MEB não limitava as questões de alfabetização, o interesse ia além, não bastava saber ler e escrever, era necessário valorizar a pessoa humana, em todos os seus aspectos, culturais, sociais e econômicos além disso oportunizar o protagonismo dos educandos. Como em eventos de valorização da beleza regional, a exemplo da Rainha da Feira.

Reforçando o aspecto de envolvimento cultural e social do MEB, a professora Aurenice destaca que um desses eventos, ocorrido ao lado da Rádio Rural, através da “1º Semana de Estudos e Aproveitamentos de Recursos Naturais da Amazônia”<sup>17</sup>. Sobre este evento, relembra que

nós criamos um projeto na aula de ciências, a colega que trabalhava disciplina teve a ideia de pedir para os alunos que fizessem um caderninho com receitas de remédios e essa ideia cresceu, porque era assim, quando uma pessoa tinha uma ideia, então todo mundo en-

<sup>17</sup> A 1º Semana de Estudos e aproveitamento dos Recursos naturais da Amazônia, não fazia parte das Feiras da Cultura Popular, era outro evento, um pouco menor.

trava e trabalhava aquela ideia e aquilo crescia. Cada aluno fez um álbum, eles trouxessem na folha do álbum pregado a receita do remédio com um pedacinho do remédio, se fosse folha uma folhinha pregada, se fosse andiroba um vidrinho do óleo pregado na folha. Sabe quantos cadernos recebemos? mais de quatro mil. (Aurenice, ex-coordenadora do MEB)

Chama atenção o pioneirismo deste projeto<sup>18</sup>, na medida em que se trata de medicina popular e valorização dos saberes regionais. Princípio que o MEB sempre buscou: o saber conectado com a realidade das pessoas.

Com o recrudescimento do regime Militar e a insinuação de que os envolvidos com o MEB estavam gerando opositores ao regime um novo ator entra em cena: o monitoramento estatal. Ele principia na diferença metodológica entre o MEB e o MOBREAL sobre a liberdade de cátedra. O monitoramento resultava do incomodo do governo militar por resultados sociais e transformadores, conforme o relato:

A diferença entre o MOBREAL e o MEB; os cartazes do MEB discutiam algo que fosse levar a uma conscientização para as pessoas, por exemplo, quando se perguntava de que é feito essa casa, no MOBREAL eles diriam logo que é feito de madeira... e acabava a discussão, no caso do MEB discutia-se as relações de trabalho, se as pessoas que trabalharam eram pagas, a gente explorava a organização comunitária, a conscientização da partilha, da divisão de trabalho, a gente explorava-se a questão da justiça, do fato de um ter tudo e o outro não ter; por isso que o MEB não agradeu muito, por que buscava-se conscientizar o homem da sua vida, não era simplesmente alfabetizar, mas alfabetizar com um aprofundamento. (Aurenice Gabler, ex-coordenadora)

---

<sup>18</sup> Notadamente que estes temas atualmente são recorrentes em pesquisas acadêmicas, porém na década de 60 e 70, muito pouco se sabia sobre a importância de se estudá-los. No entanto pela ação de um sujeito que deveria guardar esta preciosidade, hoje restam lembranças desta fonte que poderia render inúmeros trabalhos científicos.



Como definiu a entrevistada o “MEB não agradou muito” aos interesses dos militares e a fração da burguesia que representava. Porém o MOBREAL não substituiu o MEB, uma vez que o MEB tinha o aval da igreja católica e recebia ainda uma determinada verba do MEC. No entanto este repasse e apoio da igreja foi diminuindo com o passar do tempo. O MOBREAL, como representava os interesses do governo estabelecido, assumiu a prioridade dos repasses.

Porém, em Santarém, como talvez no restante do país, o MEB chegou onde nenhum outro projeto de alfabetização havia chegado. Alfabetizou em quantidade e qualidade. Utilizou dados do analfabetismo para objetivar sua entrada, tinha métodos já testados. Em suma o caminho para alfabetização estava aberto e o MOBREAL buscou se aproveitar disso. Como era de se esperar as características políticas e sociais do MEB começaram a incomodar o poder estabelecido. Neste sentido ameaças, repressão e censura se fizeram sentir na trajetória do MEB, sobretudo após o regime militar.

Sobre o monitoramento que os militares começaram a imprimir nos movimentos de alfabetização populares, Colares aponta que “a partir de 1969 e praticamente ao longo de 1970, houve uma rígida cobrança no sentido de que os roteiros da programação da Rádio Rural, incluindo as aulas radiofônicas do MEB, fossem enviadas com 48 horas de antecedência, para serem analisados pela Polícia Federal” (COLARES, 1998, p. 83). Conforme relatos de Aurenice Gabler e Maria Onete Sena, estas perseguições eram, por vezes sutis, em outras explícitas: “peguei, um período em que a Polícia Federal exigia analisar nossas músicas inéditas na Feira da Cultura Popular, que os comunitários produziam para concorrer a prêmios nos concursos e shows que realizávamos” (Maria Onete Sena ex-coordenadora). As experiências com a censura foram contundentes em Santarém como nota-se no relato da entrevistada seguinte, por vezes o trabalho era acompanhado de perto:

fui controlada por uma agente da SNI<sup>19</sup> que tinha aqui, eram censurada minhas aulas, censurado meus programas, como era censurado todo o programa da rádio, mas; ele especificamente me escutava, eu saía do estúdio e descia, passava na frente da casa dele, onde estava com o radinho ligado, ele não sabia que era eu, cansei de passar e ele estava lá com o radinho ligado” (Aurenice Gabler, ex-coordenadora)

A preocupação com o conteúdo das aulas era assunto recorrente no período que o Brasil esteve sob o Regime Militar, era uma das bases da Doutrina de Segurança Nacional, vigiar os de dentro, ou seja eliminar as ameaças internas. Afinal era uma ditadura com claros objetivos de favorecimento as elites nacionais e internacionais em seus processos de acumulação de capital, na qual a conscientização social da população não interessava.

Neste caso um projeto que defende a formação integral da “pessoa humana”, que valorize o entendimento e compreensão crítica da realidade e a construção de um agente transformador da mesma, não agradaria os ouvidos dos governantes e autoridades, soava “subversivo”, ou mesmo “comunista”. Notadamente MEB e MOBREAL tinham as mesmas preocupações quanto erradicar o analfabetismo, porém enquanto o primeiro impunha metodologia de baixo para cima, preocupado com a conscientização social e organização política do alfabetizando, o outro o fazia de forma impositiva de cima para baixo e representava a cooptação pelo aparato estatal militar-empresarial dos processos de alfabetização popular que se fortalecia no país.

Mais uma vez os projetos de autonomia e conscientização política da população mais pobre no país incomodou os interesses tanto das elites rapinadas nacionais como internacionais. Aos militares coube o papel mesquinho e egoísta de agir contra essa população sendo o veículo dos interesses internos e externos pela apropriação privada de nossa riqueza e da força de trabalho e pensamento de nossa população.

---

<sup>19</sup> Serviço Nacional de Informação

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização desta pesquisa sobre os movimentos populares de alfabetização durante a transição dos governos democráticos antes do golpe militar de 1964 e durante a ditadura militar, procuramos entender o papel do MEB e do MOBREAL na alfabetização de jovens e adultos no país. Recorremos a levantamento de dados por meio de documentos, artigos e livros e, também, via entrevistas semi-estruturadas com personagens que diretamente estiveram envolvidos com esses movimentos no espaço foco da pesquisa, o município de Santarém-PA.

Para melhor compreender o papel do MEB e do MOBREAL em Santarém reconstruímos no primeiro capítulo breve histórico desses movimentos no cenário nacional destacando seus vínculos sociais, políticos e econômicos.

No que diz respeito ao MEB percebe-se que desde seu surgimento o centro da preocupação era a população trabalhadora pobre e moradores da zona rural distantes com mais dificuldade de acesso a alfabetização. Isto explica seu foco entre a população rural cuja atenção a esta população pode ser apontada como um dos impactos mais importantes do movimento, uma vez que fez aparecer ou pelo menos deu notoriedade a esta população. Outro fator diferencial do MEB é seu caráter emancipador, que vislumbrava o educando como agente transformador da realidade através da alfabetização centrada no conhecimento crítico dessa realidade. Em síntese, o MEB aliava alfabetização com conscientização política e social.

Por sua vez o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBREAL) aproveitando-se de elementos metodológicos usados pelo MEB reelaborou a

alfabetização aos antigos moldes de juntar letras e fonemas desconectando o processo da realidade social e política do aluno. Contando por vezes com a ineficiência do processo, a falta de recursos e o despreparo dos tutores, o MOBREAL legou ao Brasil um cenário fantasioso, fundamentado em números e estatísticas que por vezes não condiziam com a realidade. Em Santarém não foi diferente. Não era raro encontrar sujeitos com certificado que mal conseguiam escrever o nome, fatos que, posteriormente, acabariam por desacreditar o projeto.

No campo político, ao contrário do MEB que via na consciência política instrumento de transformação e superação das diferenças sociais, o MOBREAL ainda inspirou o uso malfadado da educação como bandeira política, na medida em que seus números eram comemorados e colocados como símbolo do sucesso do movimento, ainda que sem comprovação profunda e sem sustentação dos próprios agentes envolvidos, sejam alfabetizadores, sejam os alfabetizados. Ou seja, o MOBREAL era usado politicamente para expressar propaganda governamental de sucesso no campo da alfabetização quando na verdade o que ocorria era a memorização de letras e do movimento de assinar o nome<sup>1</sup>.

Se por um lado o MEB provou que chegar a população rural era necessário e possível, o MOBREAL, por sua vez, abandonou aqueles sujeitos a própria sorte. Além disso o MEB por ser um projeto sem vínculo total com o governo possibilitava a aproximação e o cuidado específico. Na contramão disso, o MOBREAL distanciou-se do sujeito tornando o trabalhador alfabetizado mais uma parte da engrenagem do governo, agradecido e resignado. A ideia central do MOBREAL era a inserção deste sujeito no mercado centrado no aprendizado rudimentar cujo pequeno alcance ficou plasmado na máxima: para o sujeito analfabeto “que aprendam a desenhar seu nome para poder votar”.

O que percebemos destes dois projetos em nossas pesquisas apontou que havia uma ambição em comum: os dois queriam minimizar o analfabetismo. Porém o ponto de chegada e os caminhos escolhidos foram diferentes. O MEB ambicionava a construção do cidadão crítico, enquanto o MOBREAL o cidadão adaptado.

---

<sup>1</sup> Veja mais sobre o uso ideológico e propaganda do MOBREAL pela ditadura em Santos (2014)

A questão dos números superava a questão da qualidade no que diz respeito a atuação do MOBREAL, isto não significa que do ponto de vista do alfabetizando tenha se dado desta forma. Acreditamos que deva haver casos em que os alfabetizados superaram os rudimentos da alfabetização e alcançaram voos mais altos no conhecimento. Apesar desta hipótese ser plausível, não houve possibilidade de testá-la, uma vez que os poucos sujeitos que participaram do movimento evitam falar sobre o mesmo.

Quanto aos impactos causados pelo MEB em Santarém, notamos que deixou um legado ainda perceptível, conforme extraímos das entrevistas concedidas, apesar da pouca neutralidade dos entrevistados, tendo em vista seu comprometimento sentimental com o mesmo, pode-se notar implícitos nos relatos históricos e nos depoimentos alguns resultados alcançados em nosso município, como o impulsionamento da organização sindical, fortalecimento de organizações comunitárias e feiras do produtor rural (objetivo das Feiras da Cultura Popular), realizações de festivais comunitários; inclusão do homem rural nos projetos diversos; lideranças politizadas e atuantes; êxito das entidades que sucederam o MEB; receptividade comunitária e, sobretudo, visão ampliada da sociedade, da política e da realidade, ampliação da visão de mundo.

O MEB em Santarém desbravou diversos campos e abriu portas para o MOBREAL. No que tange aos métodos, as entrevistadas Aurenice e Onete destacaram o alcance do MEB para a região de Santarém, sobretudo devido ao empenho de Dom Tiago Ryan no uso dos sistemas de radiofonia para dar suporte ao MEB. No período republicano foram os primeiros a levar alfabetização a zona rural da região de Santarém ao usarem o rádio como veículo educativo. Por outro lado, incorporaram e valorizaram as riquezas culturais regionais e criaram eventos de socialização dos resultados do movimento.

Nas entrevistas que realizamos ressaltou-se o comprometimento dos agentes envolvidos com o MEB no sentido do envolvimento social da alfabetização, particularmente no caso de Santarém. Por outro lado, o que se percebe que o fracasso do MOBREAL em relação ao MEB em Santarém, no que diz

respeito a sua ambição de em dez anos acabar com o analfabetismo, se deu em grande parte a sua insistência em não ir além do alfabetizar.

Neste sentido ficou notório nesta pesquisa que o MEB, em seus praticamente dez anos conseguiu fazer mais que o MOBREAL em toda sua existência. Por outro lado, as conquistas do MEB contribuíram para minimizar os danos do analfabetismo, na medida em que conseguiu chegar as regiões mais distantes e levar além do alfabeto, a possibilidade de gerar agentes transformadores da educação a partir do conhecimento crítico do próprio ambiente social dos educandos. Poderíamos dizer que o discurso atual de valorização e envolvimento da realidade do educando no processo de ensino tem muita relação com o MEB. Diríamos que o MEB abriu esse caminho.

No campo do conhecimento da formação e metodologia de ação política da classe dirigente brasileira a pesquisa permitiu perceber que projetos que incentivem a organização popular, a conscientização do trabalhador em direção a superação de suas mazelas são quase sempre boicotados. No caso do MOBREAL substituir o MEB devido os objetivos transformadores deste evidencia essa prática no campo da educação de base. A precarização representada pelo MOBREAL chegou a tal ponto que era popular a frase que lemos no jornal que motivou essa pesquisa: “o MOBREAL analfabetizava”.

Por outro lado, o MEB alfabetizava por métodos que utilizavam o contexto real do aluno no processo de aprendizado da leitura. E como esse contexto era de exploração, necessidade e falta, esses elementos emergiam no próprio processo e, no movimento próprio da alfabetização crítica, o aluno ao mesmo tempo que desabrochava para a leitura das letras e palavras, desabrochavam para a leitura social e política de sua realidade. Daí a força e a fraqueza do MEB. Força ao construir algo que não poderia mais ser destruído, a consciência social e política do aluno. Fraqueza porque essa construção crítica conduzia a transformação da sociedade e, isso, deveria ser estancado. Tanto pelas classes dirigentes nacionais cuja existencia e riqueza dependia em parte da expropriação do pobre, como das elites e corporações internacionais cuja retirada das

riquezas nacionais necessitava de uma população com baixo entendimento da realidade social, política e econômica a sua volta.

Diante desse quadro é inevitável a questão: para o futuro projetos educacionais de emancipação intelectual, consciência social e política serão permitidos? Ou o Brasil está fadado a ter uma massa de população iletrada, sem consciência social e política que tocam mecanicamente as engrenagens da acumulação das elites?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIANO, Ione Gomes. O Movimento de Educação de Base em Goiás e o Papel dos Intelectuais -Monitores (1961-1966) – Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2012.

BOSI, Ecleia. A pesquisa em memória social. In: Psicologia USP, S. Paulo, 4 (1/2), p.277-284, 1993.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

BRASIL, Cristiane Costa. HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: DE 1960 ATÉ OS DIAS DE HOJE. Brasília: UCB, 2015. Disponível em: <https://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCosta-Brasil.pdf>. Acessado em 25 de agosto de 2018.

COLARES, Anselmo Alencar. A História da Educação em Santarém: Das origens ao fim do Regime Militar. Instituto Cultural Boanerges Sena. 2005.

\_\_\_\_\_. Sociedade e educação em Santarém – PA: estudo do período em que o município foi área de segurança nacional (1969-1984) – Dissertação de mestrado. UNICAMP, 1998.

COELHO, Leni Rodrigues. Educação de adultos: a parceria do MEB com o Mobral em Tefé/AM no Regime Militar. In Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba, 2017.



FÁVERO, Osmar. Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966). Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FONSECA, Aidil Brites Guimarães e CRUZ, Adriano Charles da Silva. Uma onda de educação: O rádio no MEB. In: IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste – Salvador – BA, 2007. p.5

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

\_\_\_\_\_. Ação cultural para a liberdade. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do Oprimido. 38.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

GONZALEZ, Jeferson Aníbal. Cultura, educação popular e transformação social nas formulações do MEB e do CPC (1961 – 1964) – Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas. Unicamp, 2011.

MACHADO, V.; MARQUES, A.F. A trajetória do MEB (Movimento de Educação de Base) e o significado dos programas de educação rural instituídos pelo governo militar (1964-1985). Revista de Ciências da Educação. UNISAL, Americana, SP, ano XVII no 33 p. 149-172 jul./dez. 2015

PEDERIVA, Ana Cristina. O MOBREAL faz mais do que ensinar a ler e a escrever: manifestações biopolíticas para o controle de adultos analfabetos em Varginha – MG (1970 -1985). São João del-Rei, MG: UFSJ, 2015. (Dissertação de Mestrado)

RODRIGUES, Manoel Ednaldo; SEIXA, Netília Silva dos Anjos. História do rádio em Santarém – Pará. In 2º Seminário de História, Cultura e Meios de Comunicação na Amazônia. Belém, PA. 2012.

RODRIGUES, Gilberto César Lopes. Surara Borari, Surara Arapium: A educação escolar no processo de (re)afirmação étnica indígena na Terra Indígena Maró. Campinas: Unicamp, 2016 (Tese de Doutorado) disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305041/1/Rodrigues\\_Gilberto-CesarLopes\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305041/1/Rodrigues_Gilberto-CesarLopes_D.pdf)

SANTOS, Leide Rodrigues dos. Mobral: A Representação Ideológica do Regime Militar nas entrelinhas da Alfabetização de adultos. Revista Crítica Histórica. Ano V, nº 10, dezembro/2014.

SANTOS, Marilú Roberta Pimentel; CARVALHO, Luciana Gonçalves. Nos caminhos do Membeça:: educação formal e informal às margens do rio Amazonas. Santarém: [s.n.], [2016]. 12p. Disponível em: [http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524582572\\_ARQUIVO\\_NoscaminhosdoMembecaeducacaoformaleinformalasmargensdorioAmazonas.pdf](http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524582572_ARQUIVO_NoscaminhosdoMembecaeducacaoformaleinformalasmargensdorioAmazonas.pdf). Acessado em: 25 setembro de. 2018.

SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SOUZA, Bianca Nogueira da Silva. Alfabetização e legitimidade: a trajetória do Mobral entre os anos 1970-1980. Tese(doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). Histórias e memórias da educação no Brasil, vol III: Século XX. 3 Ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2005.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: História Oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 2º Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1992.

## ANEXOS

Anexo I:

### LEGISLAÇÃO

**Lei Saraiva (1881).** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>. Acesso dia 16 de outubro de 2018

**Decreto nº 47.251, de 17 de Novembro de 1959.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47251-17-novembro-1959-386350-publicacaooriginal-1-pe.html>

**ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968.** Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.html).

### *JORNAIS*

**Jornal do Comércio, Manaus, 30 de janeiro de 1970**

**DIÁRIO DO PARÁ, 22 de agosto de 1982**

### *DOCUMENTOS*

**Brasil, Recenseamento Geral do Brasil 1920, v. IV, 4ª parte - População, e IBGE.**

**MEC. Campanha Nacional de Educação Rural, Ano.6, 1º Semestre de 1959, nº8.** Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/cnerhist.pdf>

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA DE 2016. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016. Rio de Janeiro. IBGE, 2016. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 36)**

### *LIVROS*

**CARTILHA “Viver é Lutar”: 2º livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro, outubro de 1963. Fundo MEB. Acervo CEDIC**

### **ENTREVISTAS**

#### *ENTREVISTAS AUTORAIS*

**Professora Aurenice Gabler. Entrevista realizada no dia 05/11/2018**

**Professor Anselmo Colares. Entrevista realizada no dia 06/11/2018**

**Professora Maria Onete Sena Franco. Entrevista realizada no dia 10/11/2018**

#### *ENTREVISTAS EXTRAÍDAS DE OUTROS TRABALHOS*

**Professora Francisca, do Rosário Carvalho. Entrevista concedida a Everaldo Cordeiro e Manuel Dutra. Sob o título Mulheres que deram a vida pela educação no interior do Pará entre elas, Francisca Carvalho e Conceição Castro, que levaram o analfabetismo a zero em Santarém. Disponível no site: <https://blogmanueldutra.blogspot.com/2018/?view=classic> Acessado no dia 11/11/2018**

## **Anexo II: Lei 5.379/1967**

### **Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos.**

LEI Nº 5.379, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1967

Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Constituem atividades prioritárias permanentes, no Ministério da Educação e Cultura, a alfabetização funcional e, principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos.

Parágrafo único. Essas atividades em sua fase inicial atingirão os objetivos em dois períodos sucessivos de 4 (quatro) anos, o primeiro destinado a adolescentes e adultos analfabetos até 30 (trinta) anos, e o segundo, aos analfabetos de mais de 30 (trinta) anos de idade. Após êsses dois períodos, a educação continuada de adultos prosseguirá de maneira constante e sem discriminação etária.

Art. 2º Nos programas de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de tôdas as áreas administrativas, nos têrmos que forem fixados em decreto, bem como, em caráter voluntário, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação.

Art. 3º É aprovado o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, que esta acompanha, sujeito a reformulações anuais, de acôrdo com os meios disponíveis e os resultados obtidos.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma fundação, sob a denominação de Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF de duração indeterminada, com sede e fôro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, enquanto não fôr possível a transferência da sede e fôro para Brasília.

Art. 5º O MOBRAL será o Órgão executor do Plano de que trata o art. 3º.

Art. 6º O MOBRAL gozará de autonomia administrativa e financeira e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados seu estatuto e o decreto do Poder Executivo que o aprovar.

Art. 7º O patrimônio da fundação será constituído:

- a) por dotações orçamentárias e subvenções da União;
- b) por doações e contribuições de entidades de direito público e privado, nacionais, internacionais ou multinacionais, e de particulares;
- c) de rendas eventuais.

Art. 8º O titular do Departamento Nacional de Educação será o Presidente da Fundação.

Art. 9º O pessoal do MOBRAL será, pelo seu presidente, solicitado ao Serviço Público Federal.

Art. 10. O MOBRAL poderá celebrar convênios com quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais, internacionais e multinacionais, para execução do Plano aprovado e seus reajustamentos.

Art. 11. Os serviços de rádio, televisão e cinema educativos, no que concerne à alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, constituirão um sistema geral integrado no Plano a que se refere o art. 3º.

Art. 12. Extinguindo-se, por qualquer motivo, o MOBRAL, seus bens serão incorporados ao patrimônio da União.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

## PLANO DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL E EDUCAÇÃO CONTINUADA DE ADOLESCENTES E ADULTOS

O Ministério da Educação e Cultura sistematizará suas atividades, quanto à alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, na realização dos seguintes objetivos e na forma adiante estabelecida, através da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL):

1. Assistência financeira e técnica, para promover e estimular, em todo o País, a obrigatoriedade do ensino, na faixa etária de 7 a 14 anos.

2. Extensão da escolaridade até a 6ª série, inclusive.

3. Assistência educativa imediata aos analfabetos que se situem na faixa etária de 10 a 14 anos, induzindo-os à matrícula em escolas primárias e proporcionando recursos para que as escolas promovam essa integração por meio de classes especiais, em horários adequados. A assistência financeira consistirá, em relação a cada educando matriculado e freqüente, na contribuição, da metade do custo previsto para a educação direta dos analfabetos adultos.

4. Promoção da educação dos analfabetos de qualquer idade ou condição, alcançáveis pelos recursos audiovisuais, em programas que assegurem aferição válida dos resultados. A assistência financeira consistirá, em relação a cada alfabetizando matriculado e freqüente, na contribuição de um terço do custo previsto para a educação direta dos analfabetos adultos.

5. Cooperação nos movimentos isolados, de iniciativa privada, desde que comprovada sua eficiência.

6. Alfabetização funcional e educação continuada para os analfabetos de 15 ou mais anos, por meio de cursos especiais, básicos e diretos, dotados de todos os recursos possíveis, inclusive audiovisuais, com a duração prevista de nove meses. Será assegurada assistência técnica e financeira para a ministração desses cursos.

7. Assistência alimentar e recreação qualificadas, como fatores de fixação de adultos nos cursos, além de seus efeitos educativos.

8. Fixação das seguintes prioridades em relação aos cursos diretos previstos no item 6:

a) Prioridade número um : condições sócio-econômicas dos Municípios, dando-se preferência aos que oferecerem melhores condições de aproveitamento dos efeitos obtidos pelos educandos e maiores possibilidades quanto ao desenvolvimento nacional;

b) Prioridade número dois : faixas etárias que congregam idades vitais no sentido de pronta e frutuosa receptividade individual e de maior capacidade de contribuição ao desenvolvimento do País.

9. Integração, em tôdas as promoções de alfabetização e educação, de noções de conhecimentos gerais, técnicas básicas, práticas educativas e profissionais, em atendimento aos problemas fundamentais da saúde, do trabalho, do lar, da religião, de civismo e da recreação.

10. Promoção progressiva de cursos de continuação (diretos, radiofônicos ou por televisão), objetivando estender a alfabetização funcional, entendendo-se que, para efeito de assistência financeira, só serão considerados os cursos radiofônicos ou por televisão ministrados através de rádio-escolas ou telescolas enquadradas em sistemas organizados, e em proporção ao respectivo número de educandos matriculados e freqüentes.

11. Tendo em vista as prioridades estabelecidas no item 8, a ação sistemática começará pela faixa etária compreendida entre 10 e 30 anos, em cada município - capital de Estado, Território e Distrito Federal, e em grandes municípios industriais e agrícolas, observados os respectivos planos-pilotos.

12. Instalação de centros de educação social e cívica, para sociabilidade de adolescentes e adultos e fixação de hábitos e técnicas adquiridos, mediante a utilização dos meios de comunicação coletivos - livro, música, rádio, cinema, televisão, teatro e publicações periódicas.

13. Descentralização da ação sistemática, com a execução pelos Estados, Territórios e Distrito Federal, Municípios e entidades particulares, mediante convênio.

14. Dentro de 60 dias a contar da data em que adquirir personalidade jurídica, a Fundação apresentará ao Ministério da Educação e Cultura um esquema de prazo para execução das seguintes etapas operacionais:

a) apresentação do projeto básico;



- b) instalação dos grupos federais de coordenação;
- c) instalação das equipes federais nos Estados, Distrito Federal e Territórios;
- d) apresentação dos cadernos básicos para os cursos;
- e) apresentação do material áudio-visual;
- f) lançamento do programa;
- g) início do treinamento trimestral do magistério e colaboradores locais, para execução dos planos-pilotos.

15. As dotações orçamentárias terão como base de cálculo as seguintes previsões de despesas anuais, cuja proporcionalidade por espécie de aplicação fica desde logo fixada:

- a) custo básico de NCr\$100,00 para uma população de 1.500.000 adolescentes e adultos entre 15 e 30 anos (item 6 do plano) NCr\$150.000.000,00;
- b) custo básico de NCr\$50,00 para incorporação à Escola comum, de 850.000 analfabetos entre 10 e 14 anos (item 3 do plano) NCr\$42.500.000,00;
- c) custo básico de NCr\$33,00 para 500.000 alunos de rádio-escolas, telescolas, e outros sistemas, em qualquer idade (item 4 do plano) NCr\$16.500.000,00;
- d) 1% sobre o total das cifras anteriores, para administração federal, NCr\$2.090.000,00;
- e) 1% sobre o mesmo total, para material áudio-visual, inclusive impressão de livros NCr\$2.090.000,00. Total NCr\$213.180.000,00.

ATENÇÃO (I)

EFFY UBIEST de Rainer Wer ner Fassbinder, o cineasta alemão recentemente falecido, era uido nesta segunda-feira, as 18 horas, no Teatro Experimento...

ATENÇÃO (II)

Um novo filme norte-americano "Glacier House" o polêmico cineasta que foi, antes de tudo, um seguidor de ideias, propõe angariar na história de nossa cultura...

FOQUE DE RECOLHER excelente. RICAS E FAMOSAS, bom, QUANDO AS METALIZADORAS COOP-PRIM, muito boa. COISAS ENÓTIICAS, fraco; OPERAÇÃO VINGANÇA, regular. HAIR, excelente. MILITARES OBSTRO, fraco; AS MIL E UMA NOITES, muito bom. MÚSICA E FANTASIA (Clara Guajará), excelente.

COTACÕES — fraco sofrível — regular — bom — muito bom — excelente — excepcional



CANDICE BERGEN e JACQUELINE BISSET (foto) são as duas amigas de Riccas e Famosas, o mais recente, quem sabe o último sucesso de George Cukor, o mais antigo (82 anos de idade) cineasta na prática de cinema. E, para os que não o julgavam capaz disso, ainda em forma o filme reformula o antigo clichê de uma filha realizada em 1943 por John Van Druten, produzido pelo Metro Goldwyn Meyer e estrelado por dois monstros sagrados, Bette Davis e Miriam Hopkins, intitulada Uma Velha Amizade, originária de uma peça de teatro Candice revive o papel que foi de Hopkins, uma caprichosa criadora de novas ideias, enquanto convida as Biseses substituir a grama de bette como outra novelista crítica mas mesquinha. Na versão de agora, estrelada em 1981, há citação de T. S. Eliot e C. D. H. Lawrence para gerar um dos momentos da nossa época. A filha, de Metro de nome Cukor foi um importante ator-tata, é uma comédia ligeira divertida, substituída pelo seu filho Agil e seguro de com tar uma estrela Charmie nunes faz mal a ninguém.

A forma é a mensagem

CABE também ao cinema, como a toda manifestação artística, a célebre definição de GUSTAVE FLAUBERT, referindo-se especificamente à literatura, de que É DA FORMA QUE NASCE A IDEIA.

Por mais que os "conteudistas" se desapercebam, o fato, incontestável é de que essa registro, e, realmente, indiscutível. Tanto que PAUL VALÉRY, ao sublinhar a sua sistemática criadora, enfatiza o "determinar o que os filólogos chamam, bem ou mal, de conteúdo do pensamento (melhor fora falar de conteúdo das expressões) mediante considerações de forma

Tomave, digamos, o pensamento como mágica e por meio de tantas operações quanto se precisassem necessárias, dele aproximamos pouco a pouco

Quando NORBERT WIENER, fundador da Cibernetica, referindo-se à organização é a mensagem", não se restringe nem à área do romance (FLAUBERT) nem da poesia (VALÉRY), indo até à biologia e ao cósmico:

o organismo se opõe ao caos, à desintegração, à morte, como a mensagem ao ruído. Para descrever um organismo, não tentamos especificar cada uma de suas moléculas, catalogando-as uma a uma, mas antes, respondendo a certas questões sobre a sua

estrutura, o seu padrão: um padrão que é mais significativo e menos provável à medida em que o organismo se torna, por assim dizer, mais orgânico".

A significação nasce livremente do signo, diz textualmente JEAN-LUC GODARD, usa a condição e predestina. "Os detalhes não contam" (ALAIN RESNAIS) "a combinação é tudo"

Ou isso ou o seu, evolui, em música popular, de separar letra e melodia para, erradamente, preferir a primeira ou a segunda. Como se uma canção não fosse a sonoridade que lhe dá uma e lhe oferece outra de suas intrínsecas dimensões — através do ritmo, consequência da montagem

O instrumento de criação do cineasta é a câmera que, incidindo sobre a realidade dos objetos e dos seres, usa e faz para elaborar a sua escrita. Se no filme bastassem um contraluz, uma luz, só, um roteiro, um projeto e um esboço, uma esperança! E nada além

Apenas a forma, que não é a técnica (ign a sua utilização que é o seu acionamento), permite a materialização de qualquer tipo de ideia

tato em cinema e em literatura e em artes plásticas e em música e em dança e no teatro

Congratulemos com o DIÁRIO DO PARÁ pelo lançamento desse dinâmico periódico, fazendo votos pelo seu maior desenvolvimento, levando aos lares parenses, diariamente, as mais destacadas notícias do Brasil e do mundo.

GRUPO J. ROSSY Farmácia e Drogeria Droganora. Includes an image of medicine bottles.

O Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios do Estado do Pará, através de sua Diretoria, congratula-se com o Jornal DIÁRIO DO PARÁ, por seu lançamento esperando que o jovem Jornal do Pará cumpria seu verdadeiro papel de bem informar a população, parense

SINDICATO DOS ESTIVADORES E TRABALHADORES EM ESTIVA

DE MINERIOS DO ESTADO DO PARA

Sede Própria Rua Osapar Viana, n.º 244 Fones: 222-8606 224-2223 224-8305 Fax: 222-4439 223-2209 SC Com Agência em Tomáz-Açu, Alenquer, Monte Alegre, Bragança, Tucuruí, Altamira, São Miguel do Guamá, Breves, Portel e Ananásia Social Assistência Médica Assistência Jurídica Auxílio a Passagem Auxílio Enfermidade Auxílio Mensal Aposentadoria e Auxílio Funeral

Quando o sexo vira gozação pura passa a ser pesadelo

O que chama na pornografia, chama e que chama a pornografia, é a intenção de obter o sexo das pessoas. É o objetivo do sexo das pessoas.

Falando em estética da gozação, como no filme, de vez em quando se um estético de verdade e na arte do absurdo. O horror, nesse caso, não se trata de um gênero artístico, mas sim um mínimo de realidade.

Do filme na Academia Paranaense de Letras, a quando da minha posse ali no ano passado que a pornografia tem a prioridade.

Quando retornam de povo a possibilidade de relacionamento fraterno, não com a própria realidade e que resta e mesmo, o debate é de natureza filosófica. O JF e JFJ são indissociáveis, o fato de que sendo impossível filmar o próprio ato de gozação era a função de um filme.

O poro cômico de origem na cultura, não que se distancie da realidade e do mundo, mas sim a partir do mundo para a realidade e vice-versa.

A pornografia é um fenômeno que não que se distancie da realidade e do mundo, mas sim a partir do mundo para a realidade e vice-versa.

Quando retornam de povo a possibilidade de relacionamento fraterno, não com a própria realidade e que resta e mesmo, o debate é de natureza filosófica. O JF e JFJ são indissociáveis, o fato de que sendo impossível filmar o próprio ato de gozação era a função de um filme.

Um filme, da espécie que trata de temas ligados ao tema da fé, já que apela para os valores sentimentais e de fé, mas que quando se tenta o chamar para o prazer, que o mundo do oficialismo que domina o país, uma realidade que se encontra contra o que se propaga oficialmente, não se encontra uma face real, mas

uma ferramenta do que em verdade, de natureza comum, do produtor ou consumidor

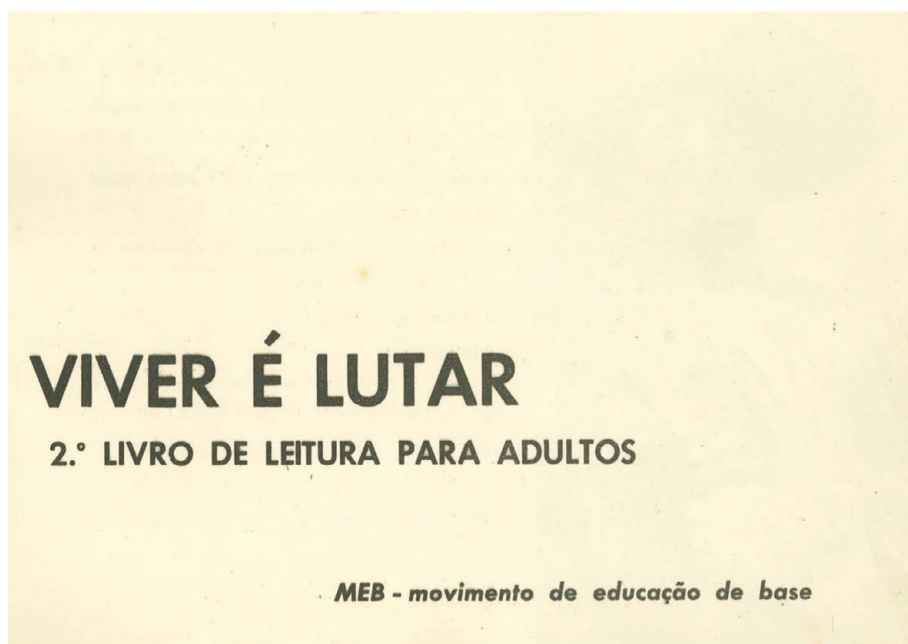
Para isso vale tudo, da cópia habitual aos filmes norte-americanos, que não se contradição que transformou o tabaco em bacula e o álcool em um produto de luxo. A pornografia é uma indústria baseada na criação de "Hong Kong" e "Vida Íntima" e "O Transplante".

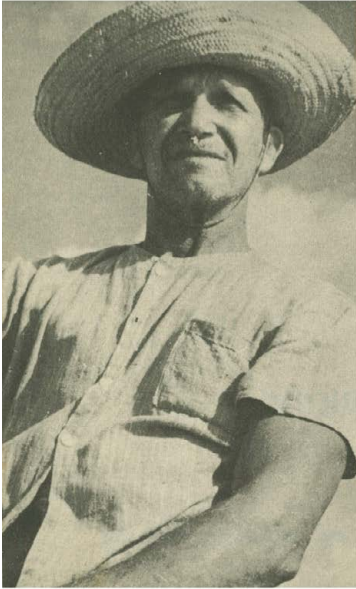
O quadro negro-pictórico que descreve a situação pornográfica, não que se distancie da realidade e do mundo, mas sim a partir do mundo para a realidade e vice-versa.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DO ESTADO DO PARA DEFENSOR DOS INTERESSES GERAIS DA CLASSE

NEDE PRÓPRIA: Rua João Diego, N.º 486 Fones: 223-9823 COLONIA RECREATIVA: Vila Coqueiro Rua das Candelárias Belém - Pará

**Anexo IV.** Cartilha “Viver é Lutar”: 2º livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro, outubro de 1963. Fundo MEB. Acervo CEDIC





1.ª lição

Eu vivo e luto.  
Pedro vive e luta.  
O povo vive e luta.  
Eu, Pedro e o povo vivemos.  
Eu, Pedro e o povo lutamos.  
Lutamos para viver.  
Viver é lutar.

VIVER É LUTAR.

2



2.ª lição

Eu vivo com a família.  
Pedro também vive com a família d'ele.  
Todos vivem com a família ?  
Onde moramos vivem muitas famílias.  
Eu, Pedro e tôdas as pessoas somos o povo.  
O povo de um lugar forma uma comunidade ?  
A família vive com a comunidade ?

O POVO DE UM LUGAR FORMA UMA COMUNIDADE ?

4

**noções gramaticais:**

Quando dizemos a palavra AJUDA, abrimos a boca três vêzes: A — JU — DA.

Cada letra, ou grupo de letras, que se diz de uma só vez, forma uma SÍLABA.

Exemplo: Na palavra TRABALHO, as sílabas são: TRA — BA — LHO.

Na palavra POVO, as sílabas são: PO — VO.

As palavras podem ter uma, duas, três, quatro, cinco e até mais sílabas.

**exercícios:**

1.º Separe as sílabas das palavras abaixo:

PEDRO

LUTA

COMUNIDADE

2.º Complete as sílabas abaixo, formando palavras:

tra...lho

fa...lia

vi...

3.º Copie a última frase da lição, separando as sílabas de tôdas as palavras.

7



4.ª lição

Pedro trabalha.

Sua mulher também trabalha.

Eles trabalham para sustentar a família.

Mas a família de Pedro passa fome.

O povo trabalha e vive com fome.

É justo a família de Pedro passar fome?

É justo o povo viver com fome?

E JUSTO O POVO VIVER COM FOME?

8





5.ª lição

Este menino é o Zé.  
Zé é menino e já trabalha.  
Trabalha porque precisa.  
E menino e não estuda.  
Não tem escola para o Zé.  
Todo menino precisa estudar.  
O povo todo precisa de escola.  
Por que não tem escola para o Zé ?  
Por que não tem escola para todos ?

**POR QUE NÃO TEM ESCOLA PARA TODOS ?**

10



6.ª lição

O povo tem fome e doença.  
Por que tanta doença no povo ?  
O povo precisa de escola.  
Precisa de casa e comida.  
O povo precisa de trabalho.  
É dura a vida do povo !  
O povo quer mudar de vida ?  
O povo pode mudar de vida ?

**O POVO PODE MUDAR DE VIDA.**

12

**noções gramaticais:**

Às vèzes, quando escrevemos, temos que partir as palavras e passar para outra linha. Esta separação é feita, no fim de uma das sílabas, com um pequeno traço, que se chama **TRAÇO DE UNIÃO (-)**.

Usa-se também o **TRAÇO DE UNIÃO** nos seguintes casos:

- 1.º Para separar as sílabas de uma palavra: SA - LÁ - RIO, JUS - TI - ÇA.
- 2.º Para ligar palavras compostas: VICE - PRESIDENTE, SEGUNDA - FEIRA.
- 3.º Para ligar o pronome ao verbo: Faça-se Justiça. Dê-lhe salário justo.

**exercícios:**

- 1.º Coloque o traço de união onde fôr preciso:  
Basta lhe salário?  
Chamei o vice presidente do sindicato.
- 2.º Forme uma frase com a palavra segunda-feira.

- 3.º Separe as sílabas das palavras:

homem                      salário                      precisa                      justiça



Este homem é trabalhador rural.  
O trabalhador rural é o camponês.  
O camponês trabalha no campo.  
O camponês alimenta os homens.  
No Brasil há milhões de camponeses.  
O camponês é homem do povo.

**NO BRASIL HÁ MILHÕES DE CAMPONESES.**



9.ª lição

O camponês é homem da terra.  
Ele trabalha a terra.  
Ele colhe os frutos da terra.  
O camponês tem terra?  
Ele tem tudo para cultivar a terra?  
Ele tem garantia na colheita?  
O camponês tem garantia no trabalho?

O CAMPONÊS É HOMEM DA TERRA.

18



10.ª lição

Este homem é operário.  
Ele vive de salário.  
O salário não dá para nada.  
O Brasil tem muitos operários.  
O operário sofre injustiça.  
Sofre injustiça como o camponês.  
O operário e o camponês são homens.  
Eles têm direito de viver como gente.

ELES TEM DIREITO DE VIVER COMO GENTE.

20





11.ª lição

As mulheres também trabalham.  
Algumas bordam, outras lavam,  
Algumas cozinham, outras cultivam.  
Algumas trabalham longe de casa.  
Algumas trabalham longe dos filhos.  
Muitos trabalhos são feitos só por mulheres.  
Tôdas as mulheres trabalham ?  
A mulher nasceu para servir ?  
O povo precisa do trabalho das mulheres ?

O POVO PRECISA DO TRABALHO DAS MULHERES.

22



12.ª lição

Pedro conhece a vida do camponês.  
Pedro conhece a luta do operário.  
Pedro reconhece o trabalho das mulheres.  
Ele vê que muita gente sofre injustiça.  
E todos são homens.  
São filhos de Deus.  
Precisam viver como homens.  
Precisam viver como filhos de Deus.

TODOS PRECISAM VIVER COMO HOMENS.

24



Pedro está preocupado e pensa:  
Por que nossa vida é tão dura ?  
Por que morre tanto menino aqui ?  
Por que o povo não tem casa ?  
Por que a gente não aprendeu a ler ?  
Por que não tem escola para nossos meninos ?  
Por que a gente sofre tanta injustiça ?  
Isto não está certo. Está certo não !

POR QUE A GENTE SOFRE TANTA INJUSTIÇA ?

**noções gramaticais:**

**“Homem trabalhador”**

Neste caso, **“trabalhador”** é uma qualidade do substantivo **“homem”**.

É, portanto, um **ADJETIVO**.

**ADJETIVO** é a palavra que exprime uma qualidade ou o modo de ser do substantivo.

Exemplo: Menino *inteligente*.

O homem está *magro*.

Mulher *doente*.

*Inteligente, magro e doente* são adjetivos.

**exercícios:**

1.º **Sublinhe os adjetivos encontrados nas seguintes frases:**

Esta mulher é lavadeira.

Aquêles homens são trabalhadores rurais.

O menino doente precisa de cuidados.

O salário do operário é pequeno.

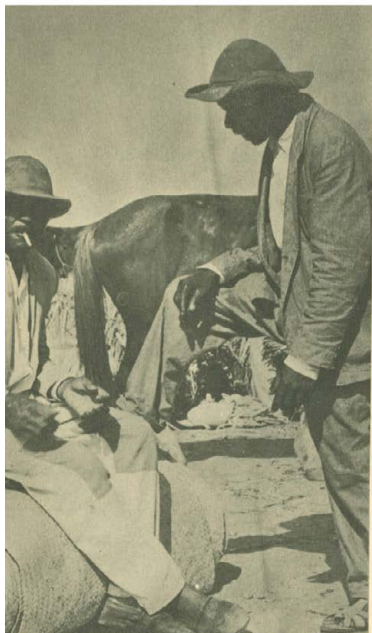
A situação do camponês é injusta.

2.º **Complete as frases com adjetivos:**

Minha casa é.....

A colheita do ano passado foi.....

Pedro está.....



Pedro encontrou Agripino na feira.  
Agripino vinha de um curso.  
Vinha de um treinamento.  
Ele estava muito animado.  
Tinha aprendido muita coisa.  
Muita coisa para mudar a vida do povo.  
Pedro ficou interessado.  
Vai fazer um curso desses.

PEDRO VAI FAZER UM TREINAMENTO.

**noções gramaticais:**

**Nas frases:**

**Dr. José tem novecentas tarefas de terra.**  
**João só tem meia tarefa.**  
**Zeca tem o dôbro de João.**  
**O primeiro dêles possui mais terras.**

As palavras grifadas dão idéia de número, ordem, multiplicação ou fração.  
Portanto, novecentas, primeiro, dôbro e meia são NUMERAIS.

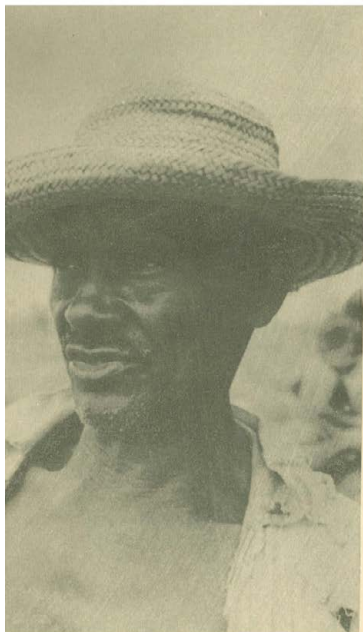
**exercícios:**

**1.º Grife os numerais:**

**Pedro foi o primeiro a ficar esclarecido.**  
**Muitos homens têm mais de mil tarefas de terra.**  
**Outros não têm nem a metade de uma tarefa.**

**2.º Complete com numerais.**

**José precisa de.....tarefas para cultivar.**  
**Xavier foi o.....a sentir os problemas do povo.**  
**João tem o.....das terras que José possui.**



Pedro entendeu ainda outras coisas:  
O povo ignora que é explorado.  
O povo ignora seus direitos e deveres.  
Seus direitos não são respeitados.  
E as leis que existem não são cumpridas.  
O povo precisa conhecer seus direitos e deveres.  
O povo precisa ficar esclarecido.  
Ficar esclarecido para mudar o Brasil.

O POVO PRECISA FICAR ESCLARECIDO.

**noções gramaticais:**

Nas frases:

Pedro *estuda* na escola.

Ele *está* feliz.

Ontem *choveu* muito.

*Estuda* indica uma ação; *está*, um estado, e *choveu* um fenômeno da natureza.

A palavra que indica ação, estado ou fenômeno chama-se **VERBO**.

Para sabermos se uma palavra é verbo, basta colocar antes dela um destes pronomes:

eu — tu — ele — nós — vós — eles.

Exemplo: eu *devo*.

êles *discutiram*.

nós *decidimos*.

Os nomes dos verbos podem terminar em:

AR — trabalhar — estudar — mudar (1.ª conjugação).

ER — dever — esclarecer — vencer (2.ª conjugação).

IR — existir — discutir — decidir (3.ª conjugação).

O verbo pôr, apesar de terminado em or, pertence a segunda conjugação, pois antigamente era poer. Este E ainda é encontrado nas palavras: poente, poedeira.

**exercício.**

Sublinhe os verbos encontrados na lição.





Chegou o tempo de eleição.  
Chegou o tempo de eleger os governantes.  
Eleição é escolha.  
O povo deve escolher seus representantes.  
Escolher representantes de todo o povo.  
Todo o povo vota ?  
Por que o analfabeto não vota ?

O POVO DEVE ELEGER SEUS REPRESENTANTES.

**noções gramaticais:**

**Modêlo de conjugação, de verbo no tempo PRESENTE.**

Eu voto	Eu vendo	Eu parto
Tu votas	Tu vendes	Tu partes
Ele vota	Ele vende	Ele parte
Nós votamos	Nós vendemos	Nós partimos
Vós votais	Vós vendeis	Vós partis
Eles votam	Eles vendem	Eles partem

**exercício:**

Escreva, no tempo PRESENTE, os verbos:

Trabalhar

Dever

Discutir



Os camponeses sentem necessidade de união.  
Sentem que unidos podem agir.  
Seu direito de união é lei.  
Pedro e os companheiros querem fundar um sindicato.  
Êles sentem os problemas de sua classe.  
Querem organizar sua classe.  
Sindicato é união.  
Sindicato é fôrça.  
A união faz a fôrça do sindicato.

**A UNIÃO FAZ A FÔRÇA DO SINDICATO.**

**noções gramaticais:**

**Conjugação do verbo no tempo FUTURO.**

Eu votarei	Eu venderei	Eu partirei
Tu votarás	Tu venderás	Tu partirás
Êle votará	Êle venderá	Êle partirá
Nós votaremos	Nós venderemos	Nós partiremos
Vós votareis	Vós vendereis	Vós partireis
Êles votarão	Êles venderão	Êles partirão

**exercício:**

Escreva no **FUTURO**, os verbos:

Trabalhar

Dever

Discutir



O povo só tem danças e festas?  
Não, o povo também faz rede, cesta, bolsa...  
A mulher rendeira faz renda.  
O finado Vitalino fazia bonecos de barro.  
Tudo isto é arte.  
É arte popular.  
O povo tem artistas.  
A arte popular revela a alma do povo.

A ARTE POPULAR REVELA A ALMA DO POVO.

#### noções gramaticais:

Quando escrevemos, usamos vários sinais que facilitam a leitura.

Alguns deles são:

**A VÍRGULA (,)** que indica uma pequena pausa.

Exemplo: O povo faz casa, roçado etc.

**O PONTO e VÍRGULA (;)** indica uma pausa maior do que a vírgula.

Exemplo: Tudo que o homem inventa é cultura; o que êle faz, também.

**DOIS PONTOS (:)** são empregados antes de uma enumeração.

Exemplo: Tudo que o homem inventa e faz é cultura: casa, roçado, sapato etc.

**PONTO FINAL (.)** que indica o fim de uma frase ou de um pensamento.

Exemplo: O homem é criador.

#### exercício:

Ponha a pontuação nas seguintes frases:

Maria faz renda bordado e costura

Se o homem faz cesto pote e alguidar faz cultura



Os trabalhadores preparam a terra para fazer o roçado.  
O que tiram da roça não dá para nada.

Por que muitos vendem a safra antes da colheita ?

Por que o intermediário fica com o lucro ?

Por que comprar tudo caro no barracão ou na venda ?

Por que os grandes controlam o preço de nossa safra ?

Basta lastimar sem fazer nada ?

Os trabalhadores podem mudar este sistema.

É preciso cooperação.

O grito dado por cem vai mais longe do que o grito dado por

É fácil quebrar uma vara; difícil é quebrar um feixe.

Por que não organizar cooperativas ?

É PRECISO COOPERAÇÃO.

#### noções gramaticais:

Para escrever certo, lembre-se de que:

1.º Antes de P e B só se escreve M.

Exemplo: comprar, campo, tempo.

2.º O S no meio de vogais tem o som de 'Z'.

Exemplo: casa, mesa, vaso.

3.º No meio de duas vogais, o S e o R, para ficarem com o som normal, são dobrados.

Exemplo: essa, terra, barracão, nosso.

4.º A letra X tem vários tons:

Exemplos: Em Xavier, feixe e xarope tem o som de ch.

Em trouxe, próximo e auxílio (vale SS).

Em exame, exato e existir (vale Z).

Em sexo, reflexo e fixo (vale CS).

Em explicar, experiência e expulsar (vale S).

#### exercícios:

1.º Preencha os espaços com M ou N.

ve..dem, e..bora, sete..bro, mu..do, ta..bém, se..pre.

2.º Preencha com S, SS, ou X.

ê..e, no..o, si..tema, preci..a, ca..a, pró..imo,, e..plorado, e..trangeiro.

3.º Ponha R ou RR nos espaços:

Vende-se te..a muito ca..a.

É fácil quebrar uma va..a.

Por que comprar no ba..ação.





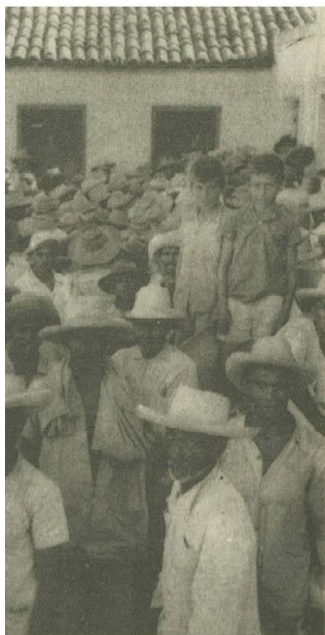
Tempos depois Xavier, Agripino e Pedro conversam.  
Eles vêm que as coisas estão difíceis.  
Camponeses continuam sendo expulsos da terra.  
O sindicato está custando a crescer.  
A cooperativa ainda está começando.  
Algumas escolas fecharam.  
Que fazer para o povo não parar?  
Xavier quer desanimar, mas Pedro diz com firmeza:  
— “DESANIMAR AGORA É MORRER.  
— VAMOS P’RA FRENTE!”

‘VAMOS P’RA FRENTE!’



Pedro não desanima.  
Sente que a luta não é só dele.  
É uma luta de todo o povo.  
Luta de todos os homens.  
Todos devem lutar por Justiça.  
Justiça para todos os homens:  
homens que sofrem,  
homens que fazem sofrer.  
A luta de Pedro é nossa luta.  
Todos nós lutamos para viver como homens.  
Para ter casa e comida.  
Para ter Justiça e Amor.

A LUTA DE PEDRO É NOSSA LUTA.



Pedro, Xavier e Agripino combinaram fazer uma reunião.  
Convocaram todo o povo para uma reunião na sede do sindicato.  
No dia a casa estava uma beleza.  
A sala e o terreiro pareciam até um formigueiro de gente.  
Todos foram sinceros.  
Ali se falou muita verdade.  
Pedro encerrou a reunião dizendo:

— “COMPANHEIROS !  
QUEM CHEGOU ATE AQUI, NÃO PODE VOLTAR PR'ATRÁS  
SABEMOS QUE ESTAMOS CERTOS.  
TEMOS QUE ANDAR P'RA FRENTE.  
DEUS QUER NOSSA LUTA.  
QUE DEVEMOS FAZER ?  
CONTINUAR.  
CONTINUAR ATE MUDAR !”

Uma das maiores limitações encontradas na ação educativa do MEB tem sido a falta de livros de leitura, que atendam às necessidades de uma eficiente educação de adultos e adolescentes analfabetos das áreas atingidas pelo Movimento.

Procurando sanar esta dificuldade, uma equipe, constituída por professoras locutoras e coordenadores nacionais do MEB, preparou um primeiro livro para alfabetização — SABER PARA VIVER —, a partir de experiências acumuladas em dois anos de trabalhos em diversos sistemas radioeducativos.

Nossas classes de segundo ciclo precisavam, também, urgentemente, de textos de leitura e de um manual de gramática. Adaptamos o primeiro livro, para atender a uma situação de emergência. Este segundo livro — VIVER E LUTAR — visa a atender aos alunos que foram alfabetizados com outras cartilhas.

Como explicamos no primeiro livro, preferimos utilizar, em algumas lições, formas populares de expressão, assim como utilizar o verbo ter em lugar de haver. Procuramos usar uma linguagem que permitisse uma real comunicação com o povo. Para nós, isto pesou mais que algumas regras gramaticais.

Gostaríamos que este trabalho fôsse considerado sempre em sua intenção fundamental: um instrumento auxiliar na educação de adultos e adolescentes, educação que, por dever ser uma educação integral, exige a conscientização.

outubro de 1963.



## **ANEXO VI – Questionário utilizado para coleta de dados**

1. Você se lembra em que ano começou a vigiar o MEB em Santarém?
1. Em que ano você iniciou seu trabalho no MEB?
2. O que levou você a lecionar no MEB?
3. Qual papel você desempenhou nesse movimento?
4. Você passou por algum treinamento?
5. Como era a preparação das aulas para o MEB?
6. O Governo mandava regularmente o material didático a ser ensinado?
7. Que material era usado diariamente nas aulas? Você se lembra?
8. Os alunos se adaptavam facilmente com esse material ou havia resistência em relação ao mesmo?
9. Era usado algum outro material complementar?
10. Como que era a dinâmica das aulas? A sequência era igual todo dia?
11. Você se lembra das disciplinas exigidas no MEB?
12. Você em algum momento se sentiu vigiada ou impedida de expor sua opinião nas aulas?
13. Qual a relação entre MEB e MOBREAL?

## SOBRE OS AUTORES



**Gilberto César Lopes Rodrigues** é professor Adjunto no Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFOPA, Doutor em Educação pela Unicamp e Mestre em Filosofia pela Unesp. Coordena o Grupo de Pesquisas em “Indigenismo, Sociedades e Educação na Amazônia – ISSEAM” e ministra aulas no campo da Filosofia da Educação.



**Danubia Caetano de Sousa** é graduada em Licenciatura em Pedagogia pela UFOPA (2018).

